

Atrelar ao dólar é assalto ao bolso do povo

Greve contra preço extorsivo do diesel se alastra pelo país

Governo quer retirar dos aposentados para doar aos combustíveis

A greve dos caminhoneiros, com apoio cada vez maior da população, paralisava 22 Estados até a noite de quarta-feira. Hoje, o preço do óleo diesel no Brasil está 40% acima do preço internacional, com aumentos diários para beneficiar multinacionais que importam diesel e

gasolina, lucrando com os preços internos extorsivos. Trata-se de pilhagem e roubo contra o povo brasileiro. Cortar tributos que incidem sobre os combustíveis, sacrificando a Previdência, é continuar a mesma política, sem resolver problema algum dos caminhoneiros. Pelo contrário, agravando-os. **Página 2 e 5**



Trecho da BR-116, na altura da cidade de Magé, no Rio de Janeiro. Paralisação já chegou a 22 Estados e no DF



Cármen Lúcia: "todo governo só é legítimo se for honesto"

A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, disse nesta terça-feira, em discurso no seminário sobre combate à corrupção, no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que "todo governo só é legítimo se for honesto". Ela classificou a prática corrupta como uma "indignidade", uma "injúria". "A falta de ética gera uma desagração do tecido social e da estrutura estatal. É inaceitável, inadmissível", afirmou. **Pág. 3**

Eduardo Azeredo puxa a fila do mensalão tucano para a cadeia

Maurício Vieira - Estadão



O ex-senador e ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB) entregou-se na tarde da quarta-feira na 1ª Delegacia Distrital da Polícia Civil, no Bairro Funcionários, Região Centro-Sul de Belo Horizonte. Azeredo também foi presidente nacional do

PSDB. Condenado a 20 anos e um mês de prisão por peculato e lavagem de dinheiro, no caso conhecido como "mensalão tucano", Azeredo teve a prisão decretada na terça-feira (22) após a 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça rejeitar recurso da defesa. **Página 3**

Ministro de Dilma é contratado para defender Temer e negar a propina da Rodrimar nos Portos

O ex-ministro da Justiça do governo Dilma, o petista José Eduardo Cardozo, vai defender a empresa Rodrimar, acusada de pagar propina para Temer em troca de vantagens do governo. A associação do PT e PMDB, no âmbito dos crimes da Lava Jato, dá mais alguns passos. **P. 3**



Governo derruba previsão do PIB em meio ponto

O governo derrubou a estimativa de crescimento da economia de 2,97% para 2,5%, como consta do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 2º bimestre. Nos outros anos, a estimativa fantasiosa inicial chegou a cair abaixo de zero. **P.2**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Lula perde na ONU. Não fosse o 7º mandamento, ainda restaria o Papa

O Comitê de Direitos Humanos da ONU rejeitou, na terça-feira, o pedido feito pela defesa de Lula para que o órgão ditasse uma medida cautelar para evitar a permanência do petista na prisão. Lula não convenceu. **Pág. 3**

Manifestações de servidores na França repudiam arrocho e cortes

Dezenas de milhares de trabalhadores se manifestaram em Paris, Marselha, Tolouse e mais 140 cidades contra a de-

missão anunciada de 120 mil servidores, o arrocho salarial no setor público e o assalto de Macron às estatais. **Pág. 7**



No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira: www.horadopovo.org.br

Renda média dos 20% mais pobres cai de 400 para 380 reais

Em meio à fraude da 'recuperação', governo reduz previsão do PIB

O governo divulgou na terça-feira (22) o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 2º bimestre, no qual aponta uma estimativa de crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, contra a previsão anterior de 2,97%, o que representa uma variação de -15,7%.

Na verdade, indicadores oficiais já tinham registrado que a economia continua no fundo do poço, desmoralizando a farsa da "recuperação" propalada por Temer e alguns desavisados. Na semana passada, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), chamado de "prévia do PIB", indicou retração de 0,13% no primeiro trimestre, em relação aos últimos três meses do ano passado.

No início de maio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a produção industrial encerrou o primeiro trimestre estagnada, com variação zero na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Em março, ante fevereiro, a atividade industrial caiu 0,1%, na série com ajuste sazonal.

O próprio Ministério do Planejamento constata que "A desaceleração recente decorre do menor dinamismo da massa salarial e, principalmente, do arrefecimento do impacto dos resgates das contas inativas do FGTS".

No último boletim Focus, com pesquisa semanal do Banco Central com mais de cem instituições financeiras, a estimativa para o PIB foi revisada de 2,71% para 2,51%.

Aumentos do diesel em prol das multinacionais revoltam o Brasil



Preço médio do diesel está, em média, 39,9% acima dos preços internacionais

Na noite de quarta-feira, após a greve dos caminhoneiros praticamente paralisar 22 Estados, com amplo e crescente apoio da população, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, anunciou uma redução de 10% no preço do óleo diesel nas refinarias, por 15 dias.

No site da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (ABCAM), um caminhoneiro comentou: "Redução de 10% que vai durar apenas 15 dias. Isso é piada?".

Parente é um sujeito sem nenhum caráter. Depois de aumentar o preço do diesel 11 vezes em 17 dias, já com os caminhoneiros em revolta, aumentou outra vez o preço - do diesel e da gasolina - na segunda-feira, dia 21, pois, "a gasolina e o diesel são commodities, logo são atrelados ao dólar".

Um pacote de biscoitos também é uma "commodity" (biscoitos têm até cotação na Bolsa de Commodities de Chicago). Nem por isso seu preço tem de ser determinado pela especulação com o dólar. Aliás, nem a soja nem o minério de ferro têm seus preços determinados pelo dólar. Muito menos os salários - é claro - variam de acordo com a taxa de câmbio do dólar.

Assim, na terça, a revolta se tornou, cada vez mais, nacional. Então, menos de 24 h depois de aumentar o diesel e a gasolina, Parente anunciou uma redução de 1,54% no preço do diesel e 2,08% no preço da gasolina.

A gasolina, em menos de 24 h, tinha deixado de ser uma "commodity"? Não, respondeu Parente, "houve uma redução importante de câmbio ontem. Prova de que essa política tanto funciona na direção de subir os preços e de cair os preços".

Deve ser por isso que, desde que essa política foi implantada, a 3 de julho do ano passado, o preço do diesel aumentou 59,32% (e o da gasolina, 58,76%), para uma inflação, pelo IPCA, de 2,68%.

Trata-se de uma política de pilhagem, de roubo sobre o povo brasileiro, que repercute agudamente nos caminhoneiros, e somente para beneficiar multinacionais e acionistas estrangeiros da Petrobras.

Porém, a redução ridícula de terça-feira somente jogou gasolina na fogueira. Eram 19 os Estados atingidos pela greve dos caminhoneiros. Passaram a ser 22 na quarta-feira.

Daí, menos de 24 h após a redução de fãncaria da terça-feira, Parente teve que anunciar uma redução, no preço do diesel nas refinarias, de 10%, por 15 dias.

Por algum acaso a taxa de câmbio sofreu uma alteração de 10%, de terça para quarta-feira? Obviamente, não. O que isso mostra é que as supostas justificativas econômicas para os aumentos sucessivos - 118 aumentos do diesel e da gasolina de julho a dezembro do ano passado, cinco na semana passada, 12 nos últimos 18 dias - são falsas.

O motivo dos aumentos, como constatou a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), é meramente favorecer "os produtores norte-americanos, os traders multinacionais, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil" (cf. AEPET, "Política de preços de Temer e Parente é 'America First!'", 12/12/2017).

Como pode ser isso, se, no momento atual, inclusive, as refinarias estão com capacidade ociosa, portanto não há, em princípio, necessidade do país importar gasolina e diesel?

Simplesmente porque o que Parente está fazendo é beneficiar as multinacionais, que estão importando gasolina e diesel, para lucrar com os altos preços internos.

O preço médio do diesel está, em média, 39,9% acima

dos preços internacionais. O preço médio da gasolina nas refinarias da Petrobras está, em média, 22,1% acima da referência internacional, que é o preço no Golfo do México (dados do Centro Brasileiro de Infraestrutura, CBIE).

Portanto, as multinacionais estão aumentando seus ganhos com a importação de diesel e de gasolina - sem nenhuma necessidade para o país, pelo contrário, com prejuízo para o país - porque os preços altos internos, estabelecidos por Parente, têm como consequência uma margem de lucro absurda.

A política é, sucintamente, manter os preços internos do diesel e da gasolina acima dos preços internacionais, para aumentar o lucro das multinacionais que importam dos EUA esses produtos.

Essa política está abertamente formulada em documentos da gestão Parente na Petrobras. Por exemplo, em uma nota oficial de dezembro de 2017, cinco meses após o início da atual política de preços: "a decisão [de aumentar o preço do diesel e da gasolina] mantém inalterada a política de preços em vigor, reafirmando o compromisso da companhia de operar sempre com margem positiva acima da paridade internacional" (v. HP 07/03/2010, [As custas da Petrobras, governo locupleta EUA](#)).

Portanto, o compromisso de Parente é aumentar o preço do diesel e da gasolina acima do preço internacional para que as petrolíferas norte-americanas e outros parasitas se abarquem de dinheiro.

Ainda mais resumidamente: a política de Parente é colocar a Petrobras a serviço dos monopólios petrolíferos externos, basicamente a Exxon, a Chevron e a Shell, além de algumas tradings.

Por isso, é ilusão querer resolver o problema dos caminhoneiros cortando os tributos sobre os combustíveis. Não é nos tributos (três federais: a Cide, a Cofins e o PIS, e um imposto estadual, o ICMS) que está o problema, mas na política de preços do anormal que Temer colocou na Petrobras.

Embora, é verdade que Meirelles, com o objetivo de desviar dinheiro para os juros, aumentou as alíquotas da Cofins e do PIS que incidem sobre os combustíveis, no meio do ano passado, ao mesmo tempo que Parente instalava a pilhagem como política de preços da Petrobras.

Trata-se, portanto, de uma quadrilha que combina "políticas", ou seja, assaltos contra o povo.

Porém, um corte da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, tributo destinado a investimentos na infraestrutura de transportes) redundaria em uma diminuição, se o preço do diesel continuasse fixo, de R\$ 0,05 (cinco centavos) por litro.

Quanto à Cofins e ao PIS, tributos que existem para financiar a Previdência, um corte neles redundaria - segundo o próprio patrono da ideia, Rodrigo Maia - em uma redução da mesma dimensão daquela da Cide, outros cinco centavos por litro.

Seria uma redução irrisória do preço do diesel. Não resolveria problema algum dos caminhoneiros nem do conjunto do povo brasileiro.

Apenas abriria um rombo na Previdência, sem alterar a situação dos caminhoneiros. Por aqui se pode perceber a preocupação do governo com a situação da Previdência.

Quanto a baixar o preço do diesel em 10% durante 15 dias, o caminhoneiro que citamos acima tem razão: é palhaçada.

Parente tem uma inteligência à altura de Temer: aquele nível de inteligência que acha que os outros são burros.

Evidentemente, não são os outros que são burros.

CARLOS LOPES



No alto, Pedro Parente. Abaixo, os ministros Valter Casimiro Silveira (Transportes); Eliseu Padilha (Casa Civil) e Carlos Marun (Secretaria de Governo), na reunião para discutir a greve nacional dos caminhoneiros

Mais pobres perdem 5% da renda no primeiro trimestre deste ano

Com a recessão, o aumento da desigualdade de renda no Brasil se agravou no primeiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano passado. Os mais pobres perderam 5% da renda, enquanto a renda dos mais ricos cresceu 10,8%, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, feitos a pedido do Valor.

A renda média mensal dos 20% mais vulneráveis caiu de R\$ 400 no primeiro trimestre de 2017 para R\$ 380 de janeiro a março

deste ano, uma queda real de 5%. Para os brasileiros que estão logo acima da faixa de vulnerabilidade, a renda média mensal caiu de R\$ 963 para R\$ 945, uma perda real de 1,8%, em igual intervalo.

Já os 20% mais abastados tiveram um ganho real de 10,8% no período de janeiro a março. A renda média passou de R\$ 5.579 para R\$ 6.131.

Pelo critério que compara quanto do rendimento médio das pessoas mais pobres, representa em relação a renda média da

parcela mais ricas, nos primeiros trimestres de 2016, 2017 e 2018, houve uma redução seguida de 7,4% para 7,2% e para 6,2%.

Segundo o economista da FGV, Daniel Duque, o levantamento foi elaborado a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgados na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e todas as variações de renda são em termos reais, ou seja, já descontada a inflação.

Setor hoteleiro fecha mais de 7 mil estabelecimentos de 2015 a 2017

A despeito dos Jogos Olímpicos em 2016, a recessão pegou de jeito o setor hoteleiro do país. Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apontam que os serviços de hospedagem fecharam mais de 7 mil estabelecimentos no período de 2015 a 2017 - e essa crise no setor foi responsável pela demissão de ao menos 13.600 trabalhadores com carteira assinada.

As perdas de faturamento no turismo chegam a R\$ 157 bilhões entre 2015 e 2017.

Apesar de ter sediado os Jogos Olímpicos em 2016 e de ser um roteiro turístico importante, o Rio de Janeiro foi o estado campeão no fechamento de hotéis e pousadas nos dois anos apurados pela CNC. No ranking de fechamento de hotéis e pousadas está também o Distrito Federal, Rio Grande do Sul e São

Paulo - outros grandes centros turísticos do país.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os serviços de hotelaria recuaram 6,5% em 2017. No primeiro trimestre do ano, as atividades turísticas já acumulam perdas de 1,9%. Na avaliação da CNC - que é bem diferente da propagação da recuperação econômica divulgada pelo governo federal - o setor deve cair 4% este ano.

Executivo de múlti francesa ganha cargo no conselho administrativo da Eletrobras

O Ministério de Minas e Energia e a direção da Eletrobras abriram mão de qualquer bom-senso ao eleger para o Conselho de Administração da estatal Manoel Zaroni, vice-presidente da empresa francesa Engie.

A nomeação de Zaroni se configura como um escândalo, já que a empresa da qual é vice-presidente já deixou claro seu interesse em abocanhar a infraestrutura brasileira de energia. No atual processo de privatização da Eletrobras, a presença de Zaroni é um "prato-feito" de oportunidades e informações privilegiadas para a empresa francesa.

Segundo reportagem do jornal O Estado de

São Paulo, a Assembléia Geral Ordinária que nomeou Manoel Zaroni o dispensou de atender aos artigos da Lei de Sociedades Anônimas que trata de conflito de interesses na eleição de membros do Conselho. O BNDES-Par, um dos acionistas da Eletrobras, declarou que se absteve na Assembléia porque a eleição de Zaroni simplesmente não estava na ordem do dia da reunião e que as informações curriculares do novo conselheiro omitia seu cargo na Engie. Outra passagem muito estranha do processo de escolha de Zaroni é a ata da assembléia que registra que a eleição de Zaroni foi recomendada pelo Ministério de Minas

e Energia - que negou a indicação, dizendo que a recomendação foi da própria Eletrobras. O vice-presidente da Engie se manifestou dizendo que "não vê problema nenhum" já que fez um compromisso pessoal - que não é oficial, nem foi registrado em nenhum documento - de que pretende se abster quando o assunto for venda de ativos ou privatização da empresa.

Além de já ter manifestado interesses em ativos da Eletrobras, a francesa Engie - hoje a maior privada do ramo de energia e gás do país - está negociando a compra da rede de gasodutos da Petrobras, a Transportadora Associada de Gás (TAG).

Para pagar juros, Temer zera o Fundo Soberano

Temer editou a Medida Provisória Nº 830/2018, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (22), extinguindo o Fundo Soberano do Brasil (FSB). Segundo o art. 2º da MP, "Os recursos do extinto FSB, pertencentes à União, serão destinados ao pagamento da Dívida Pública Federal".

A medida causou "indignação" nas hostes petistas e entorno. A executiva nacional do PT divulgou nota de repúdio à extinção do FSB, "criado em 2008 pelo ex-presidente Lula" e que "tinha como objetivo acumular saldos monetários obtidos em anos de maior crescimento econômico a serem aplicados em ativos variados que garantiriam rendimentos futuros ao país".

No último dia 8, já havia sido feito um resgate de R\$ 3,5 bilhões do fundo, deixando um saldo próximo a R\$ 500 milhões. O Ministério da Fazenda informou que o dinheiro resgatado iria para o caixa do Tesouro Nacional, precisamente para a vala comum do

superávit primário, reserva para gasto com juros.

Temer não fez nenhuma novidade. Sua medida - tal qual gêmeos siameses - é uma cópia do que foi feito em 2014 no governo Dilma, quando foram desviados R\$ 3,5 bilhões do fundo para o superávit primário. Em setembro daquele ano, o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu o uso dos recursos do fundo para gasto com juros. "O Fundo Soberano é poupança primária, portanto pode ser utilizado", afirmou, à época.

Não se tem conhecimento que o dito fundo tenha servido para incentivar algum "projeto estratégico". Até porque não havia como "acumular saldos" obtidos em anos de crescimento, pois em 2009 o PIB foi negativo (-0,9%). No ano seguinte, o PIB cresceu 7,5%, mas sobre uma base deprimida. Com Dilma, a partir de 2011, a economia desceu ladeira abaixo até chegarmos ao fundo do poço, com a maior recessão da história do país.

VALDO ALBUQUERQUE

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deus, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



João Goulart Filho, candidato do PPL

“É um absurdo atrelar o preço dos combustíveis à especulação do dólar”

João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre, manifestou, na quarta-feira (23), seu total apoio à greve dos caminhoneiros contra os preços abusivos dos combustíveis. “É um absurdo atrelar o preço do diesel e da gasolina à especulação internacional do dólar”, disse ele. “Isso é de uma irresponsabilidade sem tamanho com a população e com os caminhoneiros que transportam cargas, mercadorias e insumos pelas estradas brasileiras”, acrescentou.

João Goulart destacou que “o país já está em crise e não suporta uma política como esta. O Planalto não pode impor à sociedade uma política que tem como resultado uma disparada incontrollada nos preços”. “O governo diz que os preços dos combustíveis têm que estar alinhados com o preço internacional do petróleo. Só que o resultado deste ‘alinhamento submisso’ é a disparada nos preços. A cada vez que se vai ao posto de gasolina, o preço do litro está maior. São aumentos sucessivos”, denuncia Goulart.

Para ele, Pedro Parente, presidente da Petrobrás, “está podendo manter essa política de açaque à população porque conta com a anuência do governo”. “Além de entregar ativos da estatal e cortar os investimentos da empresa, Parente prejudica o país, a economia e a população. Faz tudo isso só para dividendo aos acionistas da empresa, boa parte deles estrangeiros”, prosseguiu Goulart.

“É importante assinalar que não é só o usuário de automóveis e os caminhoneiros que estão sendo atingidos. Estes, é verdade, estão sentindo mais de perto as consequências dessa política, mas, toda a economia do país está sendo afetada por essa insanidade”, observou o pré-candidato. “Todos os fretes aumentam de preço por conta da alta nos combustíveis e, com isso, sobem também os preços finais dos alimentos”, assinalou João Goulart Filho. Ele concluiu dizendo que a saída é o controle dos preços e não a redução de impostos, como PIS e Cofins, que, além de prejudicar a arrecadação da Previdência, não resolve o problema, porque os preços seguem variando com a especulação financeira e cambial.

Hoje a luta é do Brasil contra “os ladrões da República que assaltaram o país”, diz Dias

O pré-candidato do Podemos à presidência da República, Alvaro Dias, afirmou que o país não está dividido entre direita e esquerda, mas sim entre “honestos e corruptos”. “O Brasil hoje não está dividido entre esquerda e direita, está dividido entre os honestos e os ladrões da República que assaltaram o país”, disse na terça-feira (22), durante a XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Alvaro Dias destacou que a administração pública do país foi desarrumada por incompetentes e corruptos. “Nossa missão é arrumar o Brasil. Vamos buscar coesão e unidade”, defendeu.

Na segunda-feira (21), o senador paranaense foi o primeiro sabatinado da série de debates com pré-

-candidatos na revista IstoÉ. Ele ressaltou que a população brasileira busca um nome com experiência administrativa e passado limpo, que represente a consagração de um novo modelo político e uma ruptura com o sistema atual.

O pré-candidato disse que o nome do seu vice ainda não foi definido, mas admitiu conversas com o DEM, PRB, SD e PP para a composição de uma chapa. Ele declarou ainda que não descartava a possibilidade de abrir mão de ser cabeça de chapa.

“Eu não posso impor a minha candidatura. Acho que temos de fazer a análise política, no momento adequado, para buscar a candidatura com maior potencial de crescimento e credibilidade”, avaliou.

Bolsonaro admite que não sabe o que fazer com o Brasil

Em palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro, na segunda-feira (21), Jair Bolsonaro frustrou os empresários presentes e mostrou completa ignorância sobre problemas econômicos e sociais. Disse que não domina o assunto. Ou seja, não sabe como fazer para tirar o país da crise. E esse era o assunto que os presentes mais queriam ouvir.

Perguntado como ele poderia resolver os problemas do país, ele respondeu: “Não tenho na ponta da língua a solução para o Brasil”. Em suma, não tem a menor ideia de como resolver os problemas do país.

Na semana passada, disse que “a propriedade é sagrada”, mas prometeu, em entrevista no Rio Grande do Norte, entregar a propriedade da Ama-

zônia para grupos estrangeiros.

Para se ter uma ideia de como são atrasadas as suas propostas, ele repetiu o barão da Velha República, Washington Luís, anelantes de ser derrubado em 1930. Para o barão, os problemas sociais são “um caso de polícia”. Bolsonaro repetiu agora a mesma boboseira.

Segundo Bolsonaro, o drama das famílias de desempregados é caso de polícia. Segundo o IBGE, 27,7 milhões de brasileiros estão sem emprego. São 13,2 milhões de desempregados e mais 13,4 milhões no subemprego. Um quarto da força de trabalho está sem emprego. A situação é dramática e se agravou drasticamente de 2014 para cá com a recessão.

S. C.

Tucano Azeredo se entrega à polícia para cumprir prisão

Léo Fontes/O Tempo



Eduardo Azeredo chega ao IML para fazer exame de corpo delito

Lula pede para ser solto, mas Comitê de Direitos Humanos da ONU rejeita

O Comitê de Direitos Humanos da ONU rejeitou, na terça-feira (22), o pedido feito pela defesa de Lula para que o órgão ditasse uma medida cautelar para evitar a permanência do petista na prisão.

“O Comitê de Direitos Humanos não concederá medidas cautelares no caso de Lula da Silva”, declarou a porta-voz de Direitos Humanos da ONU, Julia Gronnevet.

“Para que se peça a um Estado que se estabeleçam medidas cautelares se deve demonstrar que este está violando de forma irreparável alguns dos preceitos do Pacto e, se baseado na informação que Lula apresentou ao Comitê, não se demonstrou que estivesse em risco de sofrer um dano irreparável”, disse Sarah Cleveland, uma das integrantes do comitê.

Olivier de Frouville, um dos membros do Co-

mitê da ONU, reafirmou a análise do comitê e explicou que a avaliação concluiu que “não houve um dano irreparável” com a prisão de Lula. “Adotamos medidas cautelares quando há um risco de dano irreparável”, explicou. “Olhando para o pedido dos advogados de defesa e para a situação presente, consideramos que, neste momento, não existe esse risco”, disse, em entrevista para o jornal “Estado de S. Paulo”. Um dos danos irreparáveis, segundo ele, seria a perda de direitos civis ou políticos por conta de uma ação. “Não estávamos convencidos de que isso era o caso”, disse. “Não há risco pessoal claro ainda”, apontou, alertando que o “estado presente é ainda muito incerto”.

O PT informou, em nota, que, apesar de negadas as medidas cautelares, o comitê deve julgar o mérito sobre a denúncia

de supostas violações aos direitos do petista, de acordo com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Esse julgamento só deve ser concluído no final de 2019.

Além de verificar se os Estados cumprem a Convenção de Direitos Humanos da ONU, o comitê é competente para examinar queixas individuais contra eles, sempre que o denunciado tenha ratificado o primeiro protocolo adicional à Convenção.

As decisões do comitê não são vinculativas e um Estado pode decidir cumpri-las ou ignorá-las, incluindo os pedidos de medidas cautelares.

Lula foi condenado a 12 anos e um mês pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex em Guarujá (SP) por obtenção de vantagens indevidas. Ele está preso desde 7 de abril na Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

Ex-ministro petista vai defender a Rodrimar investigada por propina para Michel Temer

Em mais um sinal de que PT e PMDB estão mais unidos do que nunca em sua luta contra a Lava Jato, o ex-ministro da Justiça do governo Dilma Rousseff, o petista José Eduardo Cardozo, vai defender a empresa Rodrimar, acusada de pagar propina para Michel Temer em troca de vantagens do governo. A empresa é investigada por ter sido beneficiada por um decreto assinado por Michel Temer em maio de 2017.

Cardozo era homem de confiança de Dilma, agora vai ser homem de confiança da Rodrimar. Eles vão traçar juntos uma estratégia para vencer o país de que Mi-

chel Temer não recebeu propina para prorrogar o contrato da empresa no Porto de Santos. Vai ser uma tarefa difícil porque as provas são muitas. Se bem que para petistas esse negócio de provas não significa nada. É só lembrar o que eles falam sobre as provas no caso do triplex do Guarujá. Até o elevador do triplex sumiu na versão interessada dos petistas. Depois apareceu de novo, no anúncio do leilão do imóvel, mas para eles, o elevador continua sendo uma invenção sórdida do juiz Sérgio Moro só para perseguir o Lula.

A dedicação do ex-ministro em defender que Temer não recebeu

propina da Rodrimar está em total sintonia do que disse recentemente Luiz Inácio Lula da Silva sobre Temer: “Sejamos francos: o que tentaram fazer com Temer?”, indagou Lula, ao falar da gravação, feita por Joesley Batista, com orientação da Polícia Federal, de uma reunião do dono da JBS com Temer. O fato da reunião ter sido secreta, feita na calada da noite na garagem do Palácio do Jaburu, com Temer pedindo propina para Joesley, não tem a menor importância para Lula. Segundo ele, foi tudo uma armação de juízes e da mídia contra o peemedebista.

leia mais em www.horadopovo.org.br

Presidente do STF: ‘corrupção é uma fratura social’

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, disse na terça-feira (22), em discurso sobre ética e política em um seminário sobre combate à corrupção no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), que “todo governo só é legítimo se for honesto”. Ela classificou a prática corrupta como uma “indignidade”, uma “injúria”.

“A falta de ética gera uma desagregação do tecido social e da estrutura estatal. É inaceitável, inadmissível. Sem confiança, não há democracia. Democracia se dá pela segurança que o cidadão tem nas instituições”, disse. “A única possibilidade de viver com o outro é confiando no outro. A base de toda convivência é a confiança. A corrupção é uma fratura social, uma prática que rompe essa união, a empata pelo outro. Não há

como conviver com a corrupção. A corrupção faz com que a nossa união com o outro seja dificultada”, disse.

Para Cármen Lúcia, “não se pode seguir numa rua se ali estiver indicando contramão. Uma servidora pública que alimenta práticas antiéticas, isso é andar na contramão. Todo governo só é legítimo se for honesto. O Estado só vive pela confiança do cidadão nas estruturas de poder”, destacou a ministra.

“Poucos países ti-

veram a coragem de expor a corrupção, admitir que não quer mais conviver com isso. O estado é construído por todos nós”, afirmou a ministra. “Quanto mais transparência, menor a possibilidade de corrupção. Se juntarmos o excesso de burocracia e a ausência de transparência, com toda certeza teremos facilitado a corrupção. O Estado precisa criar estruturas preventivas e repressivas da corrupção”, declarou.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Cármen Lúcia, presidente do Supremo

Depois de um longo processo que se arrastou por anos e anos Justiça determina a prisão do ex-presidente nacional do PSDB

O ex-senador e ex-governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), entregou-se na tarde da quarta-feira (23) na 1ª Delegacia Distrital da Polícia Civil, no Bairro Funcionários, Região Centro-Sul de Belo Horizonte. Azeredo também foi presidente nacional do PSDB.

Condenado a 20 anos e um mês de prisão pelos crimes de peculato e lavagem de dinheiro, no caso conhecido como “mensalão tucano”, Azeredo teve a prisão decretada na terça-feira (22) após a 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça rejeitar recurso da defesa. Por cinco votos a zero, os desembargadores rejeitaram embargos de declaração movidos contra a condenação em segunda instância.

O ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), também rejeitou um pedido de medida liminar apresentada pela defesa, que tentava evitar a sua prisão.

O ex-governador tucano chegou a ser declarado foragido da Justiça. Desde o início da manhã da quarta, a defesa dele estava em negociação para que se entregasse, o que ocorreu por volta das 14h50. Azeredo teve o ato de prisão lavrado e, logo em seguida, foi levado ao Instituto Médico-Legal (IML), onde passou por exame de corpo de delito.

Eduardo Azeredo foi condenado sob a acusação de ter desviado R\$ 3,5 milhões para sua campanha eleitoral de 1998, quando foi derrotado por Itamar Franco na disputa pela reeleição ao governo de Minas. O esquema envolvia a Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge).

O esquema de propinas usado pelo tucano foi depois abraçado pelo PT e redundou na condenação de José Dirceu e outros correligionários petistas.

Entre as semelhanças estavam a utilização de contratos publicitários para abastecer uma contabilidade paralela e desviar esses recursos para campanhas e políticos. Um dos principais operadores dos dois esquemas foi o publicitário Marcos Valério, também condenado na ação penal que ficou conhecida como “mensalão do PT”.

Porém, o tucano não vai para uma prisão comum. Ele conseguiu o direito de ficar preso em unidade da Polícia Militar sem a necessidade da utilização de uniforme do sistema prisional do Estado. A decisão é do juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte. A Justiça ainda proibiu o uso de algemas.

No despacho, ele afirmou que “a situação é inédita, nunca vista anteriormente em Minas Gerais, ou seja, a prisão de um ex-chefe de Estado”. “Além de ex-governador, o sentenciado possui vasta participação na vida política nacional

por força de democrática escolha popular, sendo inegável o respeito que se deve dispensar a esta vontade, outrora exercida, e por isto mesmo há regramento próprio de proteção a pessoas que desempenharam funções relevantes na República”, alegou o juiz.

“O ex-governador reclama segurança individualizada, bem como tem prerrogativa de manter-se em unidade especial como a Sala de Estado Maior, que deverá estar instalada no Comando de Batalhão Militar”, escreveu. De acordo com o magistrado, as unidades penitenciárias mineiras “passam por problemas de toda sorte”.

O tucano fez todas as manobras possíveis para fugir da prisão. O processo contra Azeredo se arrasta há 11 anos. Ele foi denunciado pela primeira vez em 2007, pela PGR (Procuradoria-Geral da República), quando ainda era senador e tinha foro privilegiado. Quando estava prestes a ser condenado no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2014, renunciou ao mandato de deputado federal que detinha então, para que seu processo fosse enviado à primeira instância e recomeçasse da estaca zero.

Em Minas, seu processo foi enviado inicialmente para uma Comarca que estava com o cargo de juiz vago. Foram vários anos de procrastinação. A condenação em primeira instância só foi ocorrer em 2015. Sua sentença foi mantida em 2017.

Em sua sentença que condenou Azeredo a 20 anos e 10 meses de prisão (depois reduzida em 9 meses em outra instância), em 16 de dezembro de 2015, a juíza Melissa Pinheiro Costa Lage Giovanardi, da 9ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte (MG) destacou que:

“*Enfim, diante de todo o conjunto probatório que fora exposto, não restam dúvidas de que o acusado EDUARDO BRANDÃO DE AZEREDO, para disputar a reeleição ao cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, no ano de 1998, criou uma estrutura político-financeira a fim de legitimar, lavar, os vultuosos recursos que seriam utilizados durante a campanha.*

Criou-se uma organização criminosamente complexa, com divisão de tarefas aprofundada, de forma metódica e duradoura.

Foi criado um caixa robusto para a campanha eleitoral, com arrecadação de fundos de diversas fontes, inclusive de recursos públicos da COPASA, da COMIG e do BEMGE, aproveitando-se do uso da máquina pública.

Utilizando-se das empresas de publicidade de propriedade de MÁRCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA realizou-se o processo de legitimação do dinheiro ilícito e sua distribuição aos colaboradores da campanha, recursos esses que não constaram na prestação de contas apresentada perante a Justiça Eleitoral pela coligação PSDB-PFL.

Alckmin sobre a prisão de Azeredo: “não passamos a mão na cabeça de ninguém”

O pré-candidato do PSDB à presidência da República, Geraldo Alckmin, se manifestou sobre a prisão do ex-presidente nacional do partido, Eduardo Azeredo, dizendo que Justiça seria aparádida. “A Justiça não é vermelha, nem azul, nem amarela e nem verde”, disse em sua conta no Twitter. “A lei é igual para todos. Decisão judicial não se discute, se cumpre”, completou. Azeredo, foi condenado a 20 anos de prisão e

teve sua prisão determinada na tarde da última terça-feira (22).

Atual presidente do PSDB, Alckmin repetiu – em sabatina realizada pela Folha de S.Paulo, UOL e SBT, na quarta-feira (23) – que “ninguém está acima da lei” e que as decisões judiciais valem tanto para o PSDB como para o PT.

“O PSDB não é imune a crítica, a prestar contas ao poder judiciário e não passamos a mão na cabeça de ninguém”, disse o tucano.

Candidato da estabilidade do fundo do poço tem o apoio de “Temer 4%”

Acosado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, Michel Temer caiu na real e desistiu de disputar a eleição de outubro. Finalmente ele percebeu que, com mais de 90% de rejeição da população, não dava nem para sair na rua, quanto mais pedir voto. Temer resolveu se tornar cabo eleitoral de outra nulidade, o banqueiro Henrique Meirelles.

Henrique Meirelles, representante do BankBoston, ex-advogado dos juros altos no governo Lula e ex-executivo da propineira JBS/Friboi será o candidato apoiado por Temer. O novo candidato insistiu em manter a política desastrosa de Dilma Rousseff e o resultado foi que o país atingiu o fundo do poço e não saiu mais de lá.

Com a credencial de ter conseguido ser pior que o “Chicago Boy” Joaquim Levy, Meirelles comemora a “estabilidade” da economia. Ele só não disse que a “estabilidade” dele é a estabilidade no fundo do poço. Ou seja, é a estabilidade dos cemitérios, da estagnação. É bom lembrar que os dois, Temer e Meirelles, só não estão atrás das grades porque quando foram investigados, tinham foro privilegiado. Meirelles quase foi pego no escândalo do Banestado. Só não foi preso porque seu amigo Lula o salvou. Conseguiu status de ministro como presidente do Banco Central. Ele era investigado por possuir uma offshore de nome Silvania, usada por ele para lavar dinheiro. Ler mais em www.horadopovo.org.br

SÉRGIO CRUZ

Congresso decide não votar MP sobre privatização da Eletrobrás

“Essa MP facilitava a privatização da Eletrobrás e ela morreu, portanto uma grande vitória nossa”, afirmou o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ)

Depois de muitos adiamentos durante a tramitação em comissão especial da Câmara dos Deputados, a Medida Provisória 814/2017 (MP 814), encabeçada pelo governo Temer e que tinha como objetivo a privatização da Eletrobrás e das distribuidoras de energia elétrica, foi arquivada, nesta terça-feira (22), com o anúncio de que a proposta seria retirada da pauta por falta de votos no plenário, realizado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

“Se não tem voto, não adianta ficar insistindo. Tem outras matérias que a gente precisa aprovar também”, disse Maia, informando que avisou o governo e a Fazenda. A matéria precisaria ser aprovada antes do dia 1º de junho na Casa e no Senado para não perder validade.

AMP 814 tinha como objetivo retirar a proibição de privatização da Eletrobrás e suas subsidiárias, ela foi editada no fim do ano passado, na tentativa acelerar o leilão das distribuidoras e torná-las mais atraentes para a iniciativa privada.

A medida queria viabilizar a entrega das distribuidoras da Eletrobrás que operam no Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí. A estatal decidiu vender essas empresas em 2016. Para conseguir investidores interessados nas concessionárias, o governo já havia aceitado assumir dívidas de R\$ 11,24 bilhões, e vender as empresas por R\$ 50 mil, ou seja, doá-las.

A comissão especial que tratava da MP 814 já havia aprovado o texto no início deste mês de maio. Mas uma massiva obstrução vinha sendo conduzida para evitar que a MP chegasse à apreciação do Plenário. Contra a MP estavam os deputados de oposição, e inclusive, membros da base aliada que não viam vantagem em ano de eleição emplacar uma privatização do tamanho que seria a da Eletrobrás.

O esfacelamento do Sistema Eletrobrás também conta com rechaço de outros setores. Na última semana, governadores do Nordeste do país, no encontro de Pernambuco, condenaram a entrega da empresa. “O Nordeste está unido contra a privatização da Eletrobrás e da Chesf e o esta-

do de Minas Gerais está solidário conosco. Caso isso ocorra, é a privatização do Rio São Francisco e da vazão da água e isso vai afetar milhares de famílias pernambucanas e nordestinas”, advertiu o governador pernambucano, Paulo Câmara (PSB).

Os parlamentares apontaram o fato de que algumas emendas (sugestões de alteração ao texto) seriam “jabutis” – jargão usado no Congresso para identificar emendas que não estão relacionadas com o tema ou texto original do projeto.

Após a aprovação do texto na Comissão Especial, até mesmo o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, aliado de Temer, chegou a afirmar que mudanças previstas no relatório levariam ao encarecimento das contas de luz.

O engavetamento da proposta foi comemorado pelos deputados que consideram o fato como uma vitória da sociedade civil e entidades que há meses vêm pressionando os parlamentares contra a privatização do setor elétrico.

Para o deputado Alessandro Molon (PSB) “seria péssimo para o Brasil doá-las as multinacionais, porque não se tratava nem de uma venda, mas de uma doação para alguns beneficiados da iniciativa privada que receberiam esse presente de Temer, certamente atendendo seus interesses escusos e prejudicando o país como um todo. Essa MP facilitava a privatização da Eletrobrás e ela morreu, portanto uma grande vitória nossa”, afirmou.

A privatização de todo o grupo Eletrobrás é discutida em um projeto de lei em análise pela Câmara. Apesar de a MP 814 não alterar diretamente o processo, para o governo a venda das distribuidoras é considerada essencial para o sucesso da privatização do grupo. Sem a MP, é possível todo o processo de privatização da Eletrobrás fique comprometido.

“Outra vitória é que o governo retirou da previsão de receita desse ano os 12 bilhões que o governo dizia que arrecadaria com a venda da Eletrobrás, portanto é como se o governo já estivesse aos poucos jogando a toalha, assumindo que não terá condições de vender a Eletrobrás”, ressaltou Molon.



Esquartejamento da Eletrobrás aumentaria ainda mais as contas de luz

Sem dinheiro, supercomputador brasileiro poderá ser desligado

Governo Temer cortou 41% do orçamento para laboratório

O maior computador da América do Sul, localizado no Rio de Janeiro, está prestes a ser desligado por falta de verbas. Isso porque o governo federal realizou um corte de 41% no orçamento destinado ao Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), localizado em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, onde o supercomputador se encontra.

Nomeado de Santos Dumont, o equipamento é capaz de realizar 1 quatrilhão de contas de alto nível de dificuldade por segundo. Atualmente, ele processa dados de cerca de 100 pesquisas nas áreas de saúde, física e meteorologia. Inclusive, uma dessas pesquisas é conduzida pela Fiocruz de Pernambuco e é referente à produção de uma vacina contra o vírus Zika. O governo pagou R\$ 60 milhões no equipamento e gasta anualmente R\$ 9 milhões com custos de manutenção.

No ano de 2017, o orçamento do LNCC foi de R\$ 16,7 milhões. Neste ano de 2018, ele foi reduzido para R\$ 9,8 milhões. Ou seja, a receita do laboratório foi reduzida para um valor praticamente



Equipamento está localizado na sede do LNCC

igual ao necessário apenas para o serviço de manutenção anual do supercomputador. O valor estimado das despesas totais do laboratório para este ano é de R\$ 19 milhões.

De acordo com o diretor do LNCC, Augusto Gadelha, “se não vier dinheiro, certamente haverá o risco de desligamento não só do supercomputador, mas da instituição como um todo”.

Ainda segundo ele, recursos extras foram aprovados pelo governo, porém ainda não foram repassados. “Nós

teremos a possibilidade de manter o supercomputador até o final do ano”, disse.

Gadelha aponta que a pesquisa científica no Brasil não deve depender somente de verba oriunda do governo federal. “Existe toda uma estrutura de ciência e tecnologia que necessita de suporte e de recursos, não somente diretamente do governo, através de orçamento, mas também através das fundações de apoio à pesquisa dos estados e dos municípios e mesmo do país”, apontou.

Procuradoria apresenta denúncia contra Fernando Pimentel ao STJ

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), por falsidade ideológica para fins eleitorais e ocultação de valores de caixa 2 na prestação de contas de sua campanha de 2014. O governador é acusado de receber R\$ 3,2 milhões via caixa 2 de dois grupos econômicos de Minas Gerais.

A denúncia foi oferecida em março, mas teve o sigilo retirado somente agora pelo relator do caso do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Ben-

jamin. Trata-se da quarta acusação contra Pimentel, proveniente da Operação Acrônimo, que apura um suposto esquema de lavagem de dinheiro para campanhas eleitorais.

Segundo a denúncia, assinada pelo vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, Pimentel montou uma “estrutura paralela de arrecadação de fundos e custeio de despesas” na campanha de 2014.

Também está envolvido no caso, Benedito Oliveira, o Bené, descrito como braço-direito de Pimentel e delator da Acrônimo.

Para o Ministério Pú-

blico Federal (MPF), os recursos de caixa dois foram provenientes de negociações acertadas quando Pimentel era ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2011 e 2014. A denúncia não descreve quais teriam sido as contrapartidas pelos valores repassados.

Outras cinco pessoas também foram denunciadas por participação no esquema: Victor Nicolato, Henrique Bradley Tertuliano dos Santos, José Manuel Simões Gonçalves, Elon Gomes de Almeida e Peterson de Jesus Ferreira.

MP-RJ denuncia 18 por envolvimento com milícias

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) denunciou, na última segunda-feira (21), 18 pessoas que estavam na festa patrocinada pela milícia em sítio em Santa Cruz, no dia 7 de abril. Naquela madrugada polícia prendeu 159 homens na festa que, de acordo com a denúncia, era disfarçada de show musical e supostamente aberta ao público mediante pagamento de ingresso e reunia vários milicianos e seus seguranças.

O promotor Luiz Antônio Ayres aponta que os acusados constituíram e integraram uma organização criminosa com emprego de armas de fogo desde 2015, associando-se em uma estrutura ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, sob o comando de Wellington da Silva Braga, o “Ecko”, e “Danilo”, com o objetivo de obter vantagem indevida. A milícia autodenominada “Liga da Justiça”, praticava de infrações como posse e porte ilegal de arma de fogo, de uso permitido e

restrito, e homicídios. Além da prisão em flagrante, a denúncia do MP anexou outras provas do envolvimento do grupo com a milícia. A lista reúne pessoas já eram alvos de investigação, alguns suspeitos de atuar como armeiros, seguranças e matadores da organização. Um dos acusados produziu provas contra si ao ser filmado, no trajeto após a prisão, gritando palavras de ordem em favor da milícia.

O processo encaminhado à Justiça afirma que “a presença de homens fortemente armados nas imediações da entrada da casa de festas denota que efetivamente ocorria uma confraternização de milicianos no local, ainda que estivesse mascarada pela realização de um show musical supostamente aberto ao público mediante pagamento de ingresso”.

E detalha que ao chegar ao sítio os policiais foram recebidos por disparos de arma de fogo “efetuados por dois indivíduos que se encontravam em frente ao imóvel

portando fuzis e por mais três indivíduos que estavam em um veículo estacionado nas imediações do local também portando fuzis, além de disparos provenientes do interior da casa”.

O embate com a polícia resultou na fuga e morte de quatro homens, que segundo o MP eram “seguranças” do miliciano Danilo. A polícia afirmou que após troca de tiros observaram “pessoas em fuga pelos fundos do imóvel desfazendo-se das armas de fogo que portavam, bem como outras tantas jogando ao solo e na piscina existente no local armas de fogo, celulares e chaves de veículos para tentarem escapar da situação de flagrante-delito, aproveitando-se da pouquíssima iluminação do lugar”.

A denúncia informou que foram apreendidos na festa nove fuzis, dez pistolas, cinco revólveres de calibre .38, 76 carregadores de armas de fogo de diversos calibres, 1265 munições de diversos calibres, coletes balísticos e diversas peças de vestuário tático.

Hydro: ação pública pede paralisação da exploração de bauxita

Uma ação civil coletiva pede à Justiça Federal de Paragominas/PA, que seja paralisada a exploração da mina de bauxita no município, de onde é extraído o mineral processado em Barcarena pela Albrás e Alunorte, da mineradora norueguesa Norsk Hydro. A ação também pede a remoção dos rejeitos das bacias de depósitos da Hydro em Barcarena.

A ação foi protocolada na última terça-feira (15), pela associação Cainquiama, entidade de moradores de Barcarena/PA. A associação pede que a Agência Nacional de Mineração e o Ministério das Minas e Energia paralise a Mina Miltônia, da mineradora Mineração Paragominas S/A, que pertence à Hydro.

A norueguesa é investigada desde fevereiro por uma contaminação de alcance ainda não determinado provocado pelo vazamento de rejeitos de bauxita em Barcarena.

Segundo o advogado da Cainquiama, Ismael Moraes, a ação tem como base laudos do Instituto Evandro Chagas e estudos da Universidade Federal do Pará (UFPA), que apontam a existência de substâncias altamente contaminantes e radioativas na bauxita explorada em Paragominas, que são levadas a Barcarena.

“As substâncias identificadas pelos pesquisadores são as mesmas que foram encontradas recentemente pelo Instituto Evandro Chagas e pela Universidade Federal do Pará (UFPA) contaminando em grande escala as águas do solo, do subsolo e dos rios e igarapés de Barcarena”, explica.

A ação pede como medida cautelar a paralisação da exploração de bauxita até que seja feito um novo estudo para avaliar as condições do minério. A ação também exige que mineradora seja condenada por danos morais e coletivos causados a população de Barcarena.

Em Barcarena, a Hydro Alunorte já opera com a capacidade reduzida por determinação da Justiça, desde o início de maio. A decisão proíbe a refinaria de usar o depósito de resíduos sólidos 2 (DRS2), enquanto não for emitida a licença de operação e comprovada sua capacidade em eficiência e segurança.

O pesquisador Marcelo Lima, do Instituto Evandro Chagas, denunciou que “havia um discurso e até críticas da Hydro, dizendo que no processamento da bauxita em seus fornos, no armazenamento dos rejeitos nas bacias, e nos rejeitos que foram descartados no meio ambiente não havia chumbo. Nós detectamos que havia e agora, na CPI, ela diz que sim, mas que são apenas traços. Quer dizer, ela admite o que antes negava”.

Sobre a diferença do chumbo na rocha e depois do processamento, Lima também destacou “quando você tira essa rocha e a processa de qualquer forma, os elementos que estavam imobilizados passam a ter mobilidade e isso demanda em risco à saúde humana, porque estão nas águas jogadas nos rios ou que são consumidas pelos moradores”.

A pesquisadora do Departamento de Química da UFPA, Simone Pereira, defende uma análise nos filtros da Hydro Alunorte, após a saída lama vermelha, e destaca que foi proibida pela Hydro de fazer essa análise. “É estranho que isso tenha ocorrido, porque se a empresa nada tem a temer e se diz em busca da verdade, deveria facilitar o trabalho e não dificultá-lo”, afirma.

Estudantes da PUC-SP realizam protesto pela efetivação de professora

Alunos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo ocuparam o campus de Perdizes nesta terça-feira (23) em prol da efetivação de uma professora negra no curso de Serviço Social. Fotos nas redes sociais mostram barricadas de cadeiras e cartazes indicando a ocupação e protestando contra o racismo.

A ocupação é organizada pelo Centro Acadêmico de Serviço Social, que defende a efetivação da professora Márcia Eurico que foi contratada como professora substituta, e ao vencer o prazo do contrato, seria demitida pela instituição. Ela é a única professora negra que o curso admitiu em seus 80 anos de funcionamento.

“A Professora Marcia Eurico tem uma trajetória pública e notória. É professora universitária há mais de 12 anos, tem experiência tanto no campo acadêmico como nos espaços sócio ocupacionais. Foi a autora mais citada nos trabalhos enviados ao 15º CBAS e tem diversos artigos publicados em revistas científicas, tais como Serviço Social e Sociedade e Revista Ser Social, e no próximo dia 25 deste mês defenderá sua tese na PUC/SP”, diz a nota do CA.

A chegada de uma mulher negra nesta instituição de espaço tão restrito reacendeu a discussão que há tempos fez parte das pautas de reivindicações dos estudantes que integram o Centro Acadêmico da PUC-SP. Sendo assim, foi no dia 7 de maio, durante a realização do Seminário Anual de Serviço Social, que iniciou-se a mobilização do movimento #MarciaFica, entendendo a necessidade de uma professora negra naquele espaço.

“Destacamos que o Curso de Serviço Social da PUC/SP é pioneiro no País, com mais de 80 anos de existência, e em toda sua história nunca houve em seu quadro de docentes efetivos um/uma docente negro/a. Ressaltamos ainda que as orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, bem como do Conjunto CFESS/CRESS (2016-2018) é direcionada para a imediata inclusão de disciplinas e núcleos de pesquisas que discutam as opressões, e entre elas, o racismo e as determinações étnico-raciais, e neste sentido, a reivindicação das/os alunos/as é legítima e portanto reafirmamos #MARCIAFICA”, diz a nota.

Policiais Federais lançam “Frente Lava Jato” para disputar eleições

A Frente dos Agentes da Polícia Federal lançou, nesta segunda-feira (22) em Brasília (DF), um novo projeto de renovação política.

Os agentes exigem mais profissionais no Congresso Nacional e nas câmaras legislativas em prol da modernização da segurança pública e por mais rigidez no combate à corrupção.

O projeto de renovação política para 2018 foi lançado durante um evento para profissionais de segurança pública, autoridades, parlamentares e jornalistas. A Frente dos Agentes da Polícia Federal, também chamada de Frente da Lava Jato, em alusão à operação iniciada em 2014 que notabilizou o trabalho dos agentes, lançará cerca de 30 pré-candidatos às eleições para Congresso Nacional e para as câmaras legislativas.

O projeto conta com o incentivo da Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais) e de acordo com o presidente da entidade, Luís Antônio Araújo Boudens, desde 2016, recebem incontáveis manifestações populares pedindo maior representatividade dos agentes da PF na política.

“A população confia que os policiais federais podem ter um papel decisivo no combate à corrupção nos ambientes de tomada de decisão”, avalia Boudens.

O deputado estadual do Paraná e policial federal, Márcio Pacheco (PPL) marcou presença no evento e declarou sentir muito orgulho do lançamento da Frente. “O foco da atuação parlamentar será o combate implacável à Corrupção e nas lutas por uma Segurança Pública melhor, mais moderna, mais eficiente”.

Para Bibiana Orsi (PPL-PR), candidata dos policiais federais também no Paraná, o Congresso necessita de pessoas que lutem pela valorização dos operadores de segurança pública. “Vejo a representatividade política dos policiais federais como uma possibilidade de tirar nosso País desse círculo vicioso de corrupção e impunidade”.

Durante o evento foi lançado o site oficial do projeto, onde os eleitores poderão conhecer as propostas dos candidatos da Frente para senador, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital nos vários estados do país.



Boudens, Bibiana e Márcio Pacheco, durante o encontro

Funcionários da Unicamp e USP param por aumento

Os professores da Universidade de São Paulo (USP) e funcionários técnicos administrativos e da saúde da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) decidiram iniciar uma greve pela valorização salarial das categorias que vem ocorrendo desde 2015. As paralisações na Unicamp começaram na última terça-feira (22), e na USP começarão na próxima (29).

Todos os trabalhadores técnicos administrativos e docentes das Universidades estaduais paulistas, ou seja, USP, Unicamp e Unesp, têm visto seus salários desvalorizarem. Quando os reajustes propostos pelas reitorias não eram de 0%, não ultrapassavam os índices da inflação. De acordo com os cálculos do Fórum das Seis, entidade que reúne as representações estudantis, docentes e dos funcionários das estaduais, feitos a partir dos dados do Índice de Custo de vida/DIEESE, para que o poder aquisitivo volte a ser igual ao de maio de 2015 o reajuste hoje deveria ser de 12,66% na USP e Unicamp, e de 16,04%.

A proposta dos reitores neste ano começou em 0%, mas na última reunião de negociação com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), que aconteceu no dia 17, subiu para 1,5%, o que não chega nem perto de repor as perdas salariais. Para João Raimundo Mendonça de Souza, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), “o índice é inaceitável diante das perdas que estamos tendo”. Na ocasião, os alunos, professores e funcionários das Estaduais fizeram uma manifestação em defesa dos salários e da qualidade das Universidades.

Apesar da próxima reunião do Cruesp estar marcada para a próxima quarta-feira (30), os reitores da USP e da Unicamp marcaram as reuniões dos Conselhos Universitários (CO), fórum onde o reajuste salarial efetivamente é decidido, para a terça-feira (29), o que acaba esvaziando o Cruesp.

As assembleias dos demais trabalhadores, professores e alunos que ainda não estão em greve acontecerão até a sexta-feira (25).

Sem acordo, caminhoneiros mantêm greve em todo o país



22 estados e o Distrito Federal registraram paralisações e protestos

“Governo virou as costas para o transporte e empresas nacionais”, denuncia sindicalista

Para o líder dos Caminhoneiros no estado do Rio Grande do Sul, Carlos Alberto Litti Dahmer, do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Ijuí, e vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), “a tendência da greve é crescer”. “O governo virou as costas para o setor dos transportes. Não só para os caminhoneiros autônomos, que já há muito tempo têm se virado, mas para as pequenas empresas, as grandes, empresas nacionais inclusive, que estão tentando sobreviver nesse difícil mercado”.

Litti se referiu à declaração de Temer feita na segunda-feira, 21, de que os impostos que incidem sobre os combustíveis são imutáveis.

O sindicalista ressalta que “este não é um movimento só dos caminhoneiros do país. É um movimento da sociedade brasileira, do aposentado que está aqui, do



Líder caminhoneiro do RS, Carlos Alberto Litti

trabalhador e de todas as categorias profissionais que estejam juntas para dizermos basta! Chega de corrupção, de roubalheira, de exploração que é o que acontece com quem quer trabalhar e está querendo apenas a possibilidade de botar o pão na mesa, que são os trabalhadores que estão aqui e muitas vezes

veem 50% ou 60% do seu lucro se esvaír no preço do óleo diesel”. E finaliza: “Está na hora de toda a sociedade se juntar a nós, tirar o que ficou entalado na garganta e dizer ‘chega’ a essa política vendida, dessa política econômica errada e da exploração que esse governo faz”.

Mobilização nacional dos caminhoneiros paralisa fábricas de automóveis e alimentos

A greve dos caminhoneiros contra o aumento do preço dos combustíveis começou a atingir a atividade de várias fábricas na última terça-feira (23). Fábricas de diversos estados do Brasil estão paralisando pela falta de insumos ou peças necessárias para a produção.

A empresa de processamento de suínos e de aves Aurora anunciou que

paralisará a produção na quinta e na sexta-feira (24 e 25) nas indústrias de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. No anúncio, afirmou que devido à dificuldade de escoamento das mercadorias, os frigoríficos já estão em seu limite. No total, 15 indústrias estarão inoperantes.

Dois fábricas da Ford

ficarão paralisadas devido à falta de componentes e a ausência dos caminhões conhecidos como “cegonheiros”. As unidades foram as de Camaçari, na Bahia, e de Taubaté, em São Paulo. A Bosch, fábrica de autopeças diz ter sido afetada pela greve. Com isso, a General Motors afirma ter paralisado linhas de produção devido a falta de peças.

Metalúrgicos da Mercedes continuam greve por reajuste e multinacional aciona Justiça

Os operários da Mercedes-Benz, no ABC, decidiram, em assembleia realizada na última segunda-feira (21), por manter a greve em defesa de reajuste e contra qualquer medida da reforma Trabalhista. Intransigente, a empresa entrou na Justiça do Trabalho na tentativa de acabar com as paralisações.

A empresa não concedia reajustes salariais aos trabalhadores há cinco anos, dando somente abonos, que não influenciam nos valores de 13º e de férias remuneradas. Nas negociações para o Acordo Coletivo de 2018 a empresa alemã insistia em reduzir os direitos, como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), e propunha 0% de reajuste salarial. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, “a empresa quer excluir itens como a cláusula de estabilidade



ao acidentado, a complementação salarial até 120 dias de afastamento e a cláusula de salário admissão”.

Os operários tentaram negociar, também, que fosse incluída uma pauta que dissesse explicitamente que não haveria aplicação de nenhuma medida da reforma Trabalhista. Nesse cenário, os trabalhadores optaram pelas paralisações como forma de pressionar pela

aprovação das cláusulas sociais.

Como evidente tentativa de criminalizar o movimento grevista, a Mercedes-Benz apelou à Justiça do Trabalho, entrando com um pedido de julgamento da greve. Para o sindicalista Angelo Máximo de Oliveira Pinho, o Max, “diante dessa posição, nossa greve está mantida e continuamos tentando estabelecer um diálogo com a direção”.

Greve explode em todo o país e exige fim dos preços abusivos do combustível

A greve dos caminhoneiros continua crescendo nesta quarta-feira, 23, o terceiro dia de greve. Trabalhadores estão mobilizados em 22 estados e no Distrito Federal, organizando bloqueios de rodovias e vias de acesso, totalizando 253 focos de protesto contra a política de reajuste do óleo diesel.

Com o movimento, além dos protestos, a greve começou a ser sentida em vários setores do país (ver matérias nesta página). O aeroporto de Brasília, que ficou sem combustível, começou a cancelar voos na terça-feira. Falta combustível em vários postos em cidades do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal e o abastecimento de frutas e verduras do Ceasa está comprometido no Ceará, Sergipe e no Rio, onde houve alta dos preços de alguns alimentos. Também os Correios interromperam a postagem de encomendas com dia e hora marcados.

Segundo o presidente da Abcam (Associação Brasileira dos Caminhoneiros), José da Fonseca Lopes, os protestos devem continuar até que o governo atenda à categoria: “Minha preocupação é que não sei mais o que falar com o meu pessoal. Ninguém de nós foi procurado pelo governo”, disse. Até agora, a única resposta do governo frente à mobilização dos caminhoneiros foi propor a eliminação da Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico], um dos impostos que incidem sobre o combustível, a qual representa, porém, alíquota de R\$ 0,10 por litro para a gasolina e R\$ 0,05 por litro para o diesel.

Assim mesmo, o governo condicionou esta proposta à aprovação pelo Congresso Nacional da reanulação da Folha. Segundo o ministro da fazenda, Eduardo Guardião, “uma vez que a reanulação for aprovada no Congresso,

iremos editar um decreto para eliminar a Cide do diesel, que se trata de um imposto regulatório”. A possibilidade de zerar a alíquota não foi considerada suficiente pela categoria, que manteve a greve nesta quarta-feira. Em nota, a Abcam disse que a solução apresentada não resolve o problema, já que a Cide representa apenas 1% dos 27% dos tributos no preço do diesel. Segundo a entidade, essa medida vai reduzir no máximo R\$ 0,50 do litro do combustível.

Os caminhoneiros em greve são trabalhadores autônomos, ou seja, não vinculados a nenhuma empresa de transporte, e o óleo diesel representa 42% do custo da atividade. Frente ao aumento de 57,78% sofrido pelo Diesel desde julho do ano passado, a proposta do governo chega a ser risível.

Esse aumento inescrupuloso, diante de uma inflação oficial acumulada entre julho de 2017 e abril de 2018 de 2,68%, deve-se à política aplicada pelo presidente da Petrobrás, Pedro Parente, na composição dos preços dos combustíveis. Desde 03 de julho a Petrobrás está repassando para os combustíveis a variação da cotação do petróleo no mercado internacional – e assim já se vão mais de 100 reajustes, ainda que a Petrobrás não dependa do mercado internacional para sobreviver.

No entanto, segundo as declarações de Parente, não haverá qualquer mudança nesta política: “Ficou esclarecido na reunião que, em hipótese nenhuma, em nenhum momento, passou pela cabeça do governo pedir qualquer mudança na política de preços da Petrobrás. Não houve discussão em relação à política”, afirmou, ao relatar reunião em que esteve com os ministros Eduardo Guardia e Moreira Franco (Minas e Energia) para discutir a questão do preço do óleo Diesel.

SP: docentes da rede particular condenam ameaça a direitos

Os professores de mais de 40 escolas particulares da cidade de São Paulo paralisaram suas atividades nesta quarta-feira (23) contra a aplicação das medidas da reforma Trabalhista e retirada de direitos.

Nas negociações pelo Acordo Coletivo de 2018, o sindicato patronal deixou claro suas intenções de implementar todas as regras da reforma Trabalhista. Na lista de reivindicações feitas pelos professores, e que os patrões recusaram, está a manutenção das férias remuneradas de 30 dias (o sindicato quer redu-

zir para 23 dias), a proibição de trabalho intermitente ou terceirizado, licença-maternidade de 180 dias, plano de carreira, isonomia salarial e a impossibilidade da redução de salários por acordo. Ou seja, os empresários querem que não haja regras e nem direitos.

Durante a paralisação os professores organizaram aulas públicas e uma manifestação na Avenida Paulista, onde vários alunos que estiveram presentes se mostraram a favor das reivindicações de seus professores.



Técnico fechou com equipe saudita Caminhão de dinheiro chega e Fábio Carille vai para a Arábia

Já no final de semana havia rumores de que o então técnico (campeão) do Corinthians, Fábio Carille, iria para a Arábia Saudita. Inicialmente falava-se que iria para o Al-Hilal, com um salário mensal de R\$ 1 milhão livre de impostos, mas fechou com o Al-Wehda.

O técnico se envolveu em polêmica ao tratar do tema, chegando a declarar que grande parte da imprensa mente. Mas, voltou atrás: “É algo que eu tenho que aprender muito ainda, vou errar e vou pagar muito pelos meus erros, por ser sincero, mas eu sou assim, a cada dia eu aprendo mais”, disse ao GloboEsporte.com.

O acerto com a equipe saudita foi anunciado pelo Corinthians na noite de terça-feira (22). Nas redes sociais, o Al-Wehda confirmou o contrato para duas temporadas.

Junto com Carille, também foram contratados o auxiliar Leandro da Silva (Cuca), o preparador físico Walmir Cruz e o olheiro Mauro da Silva.

Fábio Carille trabalhou nove anos e meio no Alvinegro de Parque São Jorge, sendo oito como auxiliar e um ano e meio como técnico. Foram 11 títulos. Oito como auxiliar e três como técnico. Destes, um Brasileiro e dois Paulistas.

Na mesma noite, o presidente do Corinthians, Andrés Sanchez, informou que o auxiliar Osmar Loss será o novo técnico do Timão.



Porto de Santos (SP) vazio por conta da greve

Circulação de ônibus urbanos é reduzida em diversas capitais

A frota de ônibus em circulação no Recife e no Rio de Janeiro diminuiu nesta quarta-feira, 23, terceiro dia de greve dos caminhoneiros, que reivindicam redução no preço do óleo diesel. Em Curitiba há previsão de problemas a partir de quinta-feira, 24.

Em nota, a Secretaria Municipal de Transportes do Rio afirmou ter sido avisada pelos consórcios de ônibus que não estão recebendo diesel nas garagens, devido à greve dos caminhoneiros. Os consórcios pediram à Prefeitura autorização para reduzir a frota nas ruas, até que a situação seja normalizada.

Em Pernambuco, consórcio responsável por 3 mil ônibus que circulam na capital e na Região Metropolitana em dias úteis,

anunciou uma redução de 8% no número de viagens realizadas, o que representa 200 veículos a menos.

O consórcio emitiu nota dizendo que a redução é uma medida emergencial para evitar o desabastecimento de óleo diesel nas empresas que gerenciam o transporte público.

Além destes, a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) de São Paulo informou que estão sendo registrados atrasos de 40 minutos, em média, nas linhas de ônibus que atendem os municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá e Itaquaquecetuba, também devido à greve nacional dos caminhoneiros. Até a tarde de quarta-feira, não houve qualquer sinal de negociação por parte do governo com os grevistas.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (2)

Continuação da página 8

Essas pessoas morreram como carne de canhão em uma disputa entre dois grupos de monopólios imperialistas pelo domínio do mundo. E Kautsky achava que Karl Liebknecht estava sendo “ridículo”, porque, ao defender os interesses da Humanidade e do povo alemão, colocava em perigo as vantagens pessoais que a cúpula social-democrata, inclusive o próprio Kautsky, conseguira da burguesia alemã...

Na reunião com a bancada social-democrata no parlamento, a 3 de agosto de 1914, Kautsky apresentou a proposta de apoiar a guerra imperialista, votando a favor dos créditos de guerra, em troca do compromisso do governo alemão – isto é, dos monopólios alemães, do Kaiser e outros bandidos – de que não haveria “conquistas” territoriais.

Isso ele não achava ridículo.

O CÃO

Há 100 anos, em 1918, Friedrich Ebert, principal líder dos sociais-democratas alemães – depois primeiro-ministro e depois presidente da Alemanha –, diante da revolução já triunfante, tentou salvar a monarquia do Kaiser, e, depois, como fosse impossível, disse ao então chanceler, príncipe Max de Bade: “Se o imperador não abdica, a revolução social é inevitável. Eu não quero essa revolução. Eu odeio essa revolução, como odeio o pecado” (cf. Gilbert Badia, “Les Spartakistes – 1918: l’Allemagne en révolution”, Editions Aden, Bruxelles, 2008, p. 63).

Ebert era, como Lula, um ex-operário. Toda a carreira de Ebert, apesar de todos os desvios, fora em nome, precisamente, da “revolução social”. Devido a ser, precisamente, o “partido da revolução social”, os sociais-democratas se tornaram, já em 1912, antes da I Guerra Mundial, o maior partido da Alemanha (tiveram, sozinhos, 34% dos votos para o Reichstag, nas eleições daquele ano).

Em 1918, Ebert foi eleito presidente do conselho revolucionário de Berlim – ao invés de Karl Liebknecht, que acabara de sair da prisão, onde estava desde 1916, condenado por se opor à Guerra Imperialista.

[Ebert e seus comparsas estabeleceram, para impedir a eleição de Karl Liebknecht, Rosa Luxemburg, e outros revolucionários, como delegados ao Congresso dos Conselhos Operários e Soldados, realizado em dezembro de 1918, um casuísmo, segundo o qual só eram elegíveis os candidatos dos trabalhadores que fossem “ligados” a uma empresa (cf. G. Badia, op. cit., p. 308). Obviamente, Ebert & cia. tinham ligações com os monopólios alemães, que lhes forneciam os documentos para que fossem candidatos. Liebknecht, representante dos trabalhadores alemães no Parlamento (Reichstag) desde 1908, foi eliminado por essa cláusula de barreira.]

Alguns meses antes, Ebert fora membro do comitê eleito pelos operários após a eclosão da greve geral de janeiro de 1918. Depois de sufocada a revolução, em janeiro de 1919, quando os sociais-democratas metralharam multidões de operários em toda a Alemanha, assassinando cinco mil trabalhadores, inclusive mulheres e crianças, Ebert justificou sua participação:

“Eu me juntei à direção do movimento com a intenção de parar rapidamente a greve e impedi-la de prejudicar a Alemanha” (cf. G. Badia, op. cit., p. 22).

Nessa mesma época, janeiro de 1918, do outro lado da fronteira, na França, o grande humanista Romain Rolland escreveu: “Os Scheidemann e os Ebert são lamentáveis prisioneiros da reação; já estão encançados dentro das forças conservadoras, às quais têm recorrido contra seus irmãos inimigos”.

Gustav Noske, também da direção do Partido Social-Democrata Alemão, foi menos sutil que Ebert, ao apear e armar os “corpos voluntários” (“freikorps”, aquela rale que depois fundou e se reuniu no partido nazista) contra os revolucionários, inclusive com a tortura e assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, em janeiro de 1919.

Nas próprias palavras de Noske, em seu livro de memórias, sobre o banho de sangue que sufocou a revolução alemã:

“Em uma grande excitação, porque o tempo estava se esgotando, nosso pessoal pedindo armas na rua, eles estavam [os demais sociais-democratas] parados no escritório de Ebert. Eu exigi que uma decisão fosse tomada. Alguém disse: ‘Então, você faz isso!’. Ao que eu respondi brevemente: ‘Tudo bem! Alguém tem de ser o cão sangüinário! Eu não me esquivo da responsabilidade!’” (Gustav Noske, *Von Kiel bis Kapp – zur Geschichte der deutschen Revolution*, Verlag für Politik und Wirtschaft, Berlin, 1920, p. 68).

A frente dos grupos de assassinos, Noske conduziu uma caça a antigos membros de seu próprio partido (“spartakistas” e “independentes”, que depois se fundiram no Partido Comunista da Alemanha).

Ebert, eleito presidente da Alemanha pela Constituinte de Weimar, em fevereiro de 1919, é o atual patrono da fundação do Partido Social-Democrata da Alemanha.

A Fundação Friedrich Ebert, no Brasil, tem uma relação privilegiada, há muitos anos: o PT.

ORIGINAIS

É forçoso reconhecer que nem Ebert nem Noske, apesar de continuarem na direção do Partido Social-Democrata – Ebert morreu em 1925, mas Noske sobreviveu ao nazismo – jamais pretenderam que enganar os trabalhadores, traí-los e assassiná-los, fosse um ato “de esquerda”.

Pelo contrário, seu anticomunismo, que acabou por levar a Alemanha ao nazismo, era explícito.

Já Lula, o PT, e quejandos, apresentam seus atos de corrupção, de roubo contra a Petrobrás e os fundos de pensão das estatais, embrulhados em bandeiras vermelhas – como se fossem atos absolutamente legítimos, em prol dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Quando esses atos são insustentáveis publicamente, limitam-se a negar que existe o que todos estão vendo que existiu – e, nisso, se parecem mais com os nazistas do que com Ebert e Noske.

Continua na próxima edição

EUA: Suprema Corte cassa direito às ações coletivas contra empresas



Funcionários do McDonald's: “Respeite nosso direito de sindicalização”

Ex-embaixador no Brasil: “via eleitoral sai golpeada da eleição na Venezuela”

O jornalista venezuelano Vladimir Villegas, ex-embaixador do governo de Hugo Chávez no Brasil durante os anos 2002 e 2003, assinalou na terça-feira, 22, que “no domingo ficou gravemente ferida a via eleitoral”, isso após os resultados da jornada em que Nicolás Maduro foi reeleito como Presidente da República.

“As eleições presidenciais do jeito que ocorreram longe de ajudar a resolver o conflito político, o complicaram. Além da alta abstenção [de 54%], que revela o grande descontentamento e desconfiança no Poder Eleitoral e nas instituições em geral, surgiram sérias denúncias sobre violações aos acordos firmados entre os candidatos participantes”, observou.

Durante seu programa Vladimir à 1, transmitido pela rede de TV Globovisión, frisou que as violações ao acordo acertado pelos candidatos ocasionaram que Henri Falcón, o segundo colocado no pleito, Javier Bertucci, o terceiro, e o reitor do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) Luis Emilio Rondón, desconhecem o processo.

“O governo violou o acordo de não colocar ‘pontos vermelhos’ nos quais se escaneava o chamado Carnê da Pátria como mecanismo de pressão sobre as pessoas que recebem benefícios sociais”, denunciou. O Carnê é um documento fornecido pelo governo para ter acesso a cestas básicas e outros benefícios que, apre-

sentado nesses quiosques da campanha de Maduro, chamados ‘pontos vermelhos’, servia para cadastrar os votantes e, dizem, para receber gratificações. Muitos deles foram armados até dentro das seções eleitorais.

Villegas considerou que o Poder Eleitoral “deu declarações sem nenhum efeito” e “fez vista gorda para as denúncias”, deixando correr as irregularidades.

“Necessitamos de um Conselho Nacional Eleitoral de verdade, imparcial e ativo que não deixe passar os abusos e delitos eleitorais, venham de onde vierem”, indicou.

Por outra parte, argumentou que se deve buscar saídas à situação colocada, “para que possamos ter eleições justas, limpas e críveis” porque “do contrário, não haverá governabilidade e nos instalaremos numa situação de maior instabilidade política e também (o mais grave) econômica”.

“Bloquear a via eleitoral é dar-lhe de comer à violência, por isso tem que haver uma negociação política, mas com mediadores que sejam escolhidos pelas partes, que respeitem as partes e se façam respeitar”, acrescentou.

O jornalista que, por indicação de Hugo Chávez, presidiu o canal estatal Venezuelano de Televisión, disse que “não é tempo de sapateiros porque o problema não está na sola



Vladimir Villegas

senão na cabeça. Um árbitro que saia das fileiras de uma das partes, não ajuda, estorva”.

“O presidente Maduro deve entender que segundo as cifras do CNE ele apenas conta com uma quarta parte do eleitorado, portanto, atribuir-se uma vitória com 68% dos votos é um triste auto-engano. Veja a realidade Presidente, e entenda que chegou a hora de negociar a sério, sem jogo duplo”, advertiu.

Por último, enviou uma mensagem à liderança da oposição: “Cuidado com cair na tentação da violência, já sabemos que só leva ao caminho da dor e da frustração. E momento de responsabilidade na tomada de decisões. Serenidade e firmeza não são contraditórias”, concluiu.

Marcha nacional de professores argentinos

Na Argentina, os professores se declararam em greve a nível nacional e mais de 300.000 docentes vindos de diferentes regiões do país marcharam, na quarta-feira, 23, e se congregaram na Praça de Maio, em Buenos Aires, para exigir aumentos salariais, a reabertura das mesas de negociação para atualizar os salários frente à inflação, e em repúdio ao empréstimo solicitado pelo governo de Mauricio Macri ao Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras reivindicações.

Já na Praça, se somaram à manifestação delegados e trabalhadores do Metrô da capital argentina que também estão em greve. A exigência dos metroviários é similar: maior aumento salarial que aquele oferecido pelo governo, fim das sanções aos funcionários que participaram dos protestos, principalmente a libertação de 20 lideranças que foram presas. “Aqui estamos todos os docentes do país brigando, exigindo a resolução dos con-

flitos”, disse Sonia Alesso, presidente da Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA), principal entidade que convocou a chamada Marcha Federal Educativa. “Essa política econômica, social e educativa de Macri é ditada pelos que lucram com a especulação. O dinheiro que pediram ao FMI não vai ser aplicado em nada que favoreça o povo. Nada disso irá para a educação, só implicará em mais ajuste para garantir a especulação financeira. Temos que dar um basta nisso”, afirmou. O orçamento de Educação para 2018 teve um corte de 9% em relação ao de 2017, já considerado pelos professores insuficiente.

“Somos centenas de milhares de docentes que estamos reclamando por educação e acho que tem que nos ouvir e parar de sucatear as escolas imediatamente”, afirmou Roberto Baradel, Secretário Geral do Sindicato Unificado de Trabalhadores

de Educação de Buenos Aires (SUTEBA). O líder sindical assegurou que exigirão um aumento de 30%, em lugar dos 15% oferecido pelo governo e a incorporação de uma cláusula de atualização automática.

METROVIÁRIOS

Os trabalhadores do metrô de Buenos Aires decidiram realizar uma greve geral depois que, na terça-feira, 22, quando realizavam uma paralisação de duas horas contra a negativa do governo da cidade de Buenos Aires de discutir a questão salarial, foram reprimidos com extrema violência, quando desceram para ficar nos trilhos e impedir a circulação dos trens.

Desde meados de abril os metroviários desenvolvem um plano de luta, abrindo as catracas gratuitamente durante algumas horas, em exigência da reabertura da discussão salarial (paritária) da que foram afastados e rechaçados os 15% a ser pago em três cotas, o que está muito abaixo da inflação estimada em 30%.

Terrorista da CIA Carriles já dá coices no inferno

Um dos maiores terroristas da Agência Central de Inteligência (CIA), Luis Posada Carriles, morreu aos 90 anos, quarta-feira, em Miami, sem pagar pelos seus inúmeros e odiosos crimes. Até o final dos seus dias, os sucessivos governos dos Estados Unidos lhe protegeram, depois de o terem treinado para colocar bombas e atentar contra a vida de centenas de pessoas.

Nascido em Cuba em 1928, logo se incorporou às forças do ditador Fulgêncio Batista, tendo participado da frustrada invasão mercenária de Baía dos Porcos, em 1961. Cooptado e treinado pela CIA, esteve envol-

vido em inúmeras tentativas de assassinato do líder revolucionário Fidel Castro.

Reconhecido pela CIA por suas habilidades, foi enviado entre 1960 e 1974 como assessor de segurança dos serviços secretos das ditaduras da Argentina, Chile, El Salvador e Guatemala, onde organizou uma série de desaparecimentos forçados e sessões de tortura.

Autor intelectual da explosão do avião da Cubana de Aviação em Barbados, em 1976, onde morreram 73 pessoas, foi, ao lado de Orlando Bosch (também falecido) um dos mais sangrentos agentes contra a revolução. No mesmo

ano, ambos foram detidos em Caracas pela polícia venezuelana, acusados de organizar o atentado. Fugiu da prisão em 1985 e foi para Miami, onde foi acolhido pelas autoridades estadunidenses.

Uma de suas ações mais recentes foi a tentativa de assassinato de Fidel durante as comemorações da Universidade do Panamá, em 2000. Posada foi detido junto aos seus colaboradores, mas conseguiu um escandaloso indulto pela ex-presidenta panamenha Mireya Moscoso ao final de 2004, que recebeu vários milhões de dólares como suborno norte-americano.

O Conselho Nacional de Relações Trabalhistas denunciou que exigir que os trabalhadores renunciem a seu direito de ação coletiva está em conflito com as leis trabalhistas nacionais em vigor

Em uma decisão que lembra os seus piores momentos – que não foram poucos –, a Suprema Corte de Justiça dos EUA cassou o direito dos trabalhadores norte-americanos de promoverem processos trabalhistas coletivos em defesa de seus direitos contra as corporações, decisão iníqua aprovada por cinco votos a quatro. Conforme a sentença do caso Epic Systems Corp v. Lewis desta segunda-feira (21), os contratos de trabalho podem legalmente obrigar que os trabalhadores fiquem obrigados à “arbitragem” privada em caso de litígio com o empregador e proibir processar as empresas.

A partir de agora, na prática o trabalhador cujo contrato incluir tal cláusula somente poderá recorrer a ações individuais. Em seu voto, a juíza Ruth Bader Ginsburg, classificou a decisão de “flagrantemente injusta”. Para ela, o resultado inevitável da decisão “será o subemprego das legislações federais e estaduais destinadas a promover o bem-estar dos trabalhadores mais vulneráveis”.

A decisão pode até mesmo vir a minar a proteção à discriminação por raça, cor ou gênero no ambiente de trabalho, advertiu Ginsburg. “Seria completamente estranho ver a Lei de Arbitragem Federal dos EUA devastar o Título VII do Ato dos Direitos Civis de 1964 e outras leis promulgadas para eliminar a discriminação no trabalho”.

Ao resumir o resultado da votação, Ginsburg disse que “a corte distorceu os contratos de trabalho ao permitir a inclusão das cláusulas de arbitragem, de maneira que exigem que os empregados litiguem seus salários e outras reivindicações de forma exclusivamente individual”. Para ela, “o direito trabalhista federal não admite esse isolamento dos trabalhadores”.

Caso a decisão se mantenha, cerca de 60 milhões de trabalhadores não sindicalizados do setor privado perderão o acesso aos tribunais, conforme indica um estudo do Economic Policy Institute. O prejuízo recairia especialmente sobre os trabalhadores das minas de carvão e da construção civil, frequentemente acometidos por doenças como pulmão negro e diversos tipos de câncer, como a mesotelioma. Também os trabalhadores das grandes redes de fast food, que de forma massiva, não recebem horas extras, e os empregados nas granjas, que dificilmente sequer são pagos pelo defasado salário mínimo.

O Conselho Nacional de Relações Trabalhistas – órgão criado pelo presidente

Roosevelt e que fiscaliza o cumprimento da legislação trabalhista nos EUA – denunciou que exigir que os empregados renunciem a seu direito de ação coletiva está em conflito com as leis trabalhistas nacionais em vigor.

Em nome dos movimentos sociais, a presidente do Centro Nacional do Direito da Mulher, Fatima Goss Graves, afirmou que a decisão da justiça “pode forçar os trabalhadores a se submeterem a um processo de arbitragem secreto e realizado a portas fechadas”. Segundo ela, o esperado seriam medidas visando o “fortalecimento da união dos trabalhadores para reprimir de forma coletiva o assédio sexual, a discriminação de salários, a discriminação de raça, ou mesmo contra o roubo dos salários e horas extras”.

“Impedir a união dos trabalhadores serve aos interesses das grandes corporações, mas não serve aqueles que enfrentam as injustiças diariamente”, declarou o senador democrata Patrick Leahy, que condenou a decisão. “De modo geral, a arbitragem dá vantagem aos interesses das grandes empresas e corporações nas disputas judiciais”, assinalou.

O prejuízo da arbitragem contra os trabalhadores foi mostrado em estudo de 2015. Entre todos os processos trabalhistas enviados à arbitragem, apenas 20% tiveram resultados favoráveis aos trabalhadores, com valor médio de US\$ 23.548. Percentual que sobe para 57% nos tribunais e valor médio de US\$ 328.008. Disparidade que pode ser explicada ao se verificar que 60% dos árbitros costumavam advogar para grandes corporações.

O voto de maioria pela cassação do direito de ação coletiva foi redigido por Neil Gorsuch, o juiz conhecido pelo seu extremismo de direita, que foi nomeado para a Suprema Corte por Trump, numa das primeiras medidas como presidente.

A sentença não chega propriamente a destoar da trajetória da Suprema Corte. No chamado período das Leis Jim Crow, foi a Suprema Corte que “legalizou” o apartheid nos estados do sul, até que fosse forçada, nos anos 1960, a derrubá-lo, graças à presença de juristas eminentes e dignos e à mobilização pelos direitos civis que Martin Luther King encabeçou. Foi ainda a Suprema Corte que, em 1905, derrubou uma lei estadual que limitava a jornada de trabalho diária a 10 horas, alegando que tal regulamentação “violenta” o direito dos trabalhadores de trabalharem “tanto tempo quanto quisessem”.

GABRIEL CRUZ

Guatemaltecos denunciam assassinatos de líderes populares e sindicalistas

A União Sindical de Trabalhadores da Guatemala (Unsitragua) e o Comitê de Unidade Camponesa (CUC) denunciaram que o recente assassinato de três dirigentes indígenas e de povos originários forma parte da crescente criminalização da luta dos movimentos sociais, que têm favorecido à ação das transnacionais estadunidenses.

As execuções na semana passada de Mateo Chamán Pau, Luis Arturo Marroquín e José Can Xol, lideranças do Comitê Campones do Altiplano (Codeca), alerta o Unsitragua, “feitas de forma sincronizada, demonstram claramente que a situação de respeito às atividades dos defensores de direitos humanos vem tendo graves retrocessos” em nosso país. “Com a ingerência de certas potências estrangeiras”, assinala, “é preocupante e condenável a situação a que seguem nos levando os poderes econômicos, políticos conservadores e militares na Guatemala”.

Tamanha violência, assinala

a central sindical, é resultado das “políticas do sistema capitalista selvagem neoliberal, agravado pelo modelo extrativista imposto como novo modelo de colonização, repressão, gerador de ódio, que tem aprofundado a pobreza, a desnutrição crônica, o desemprego, os baixos salários, a destruição do cultivo de alimentos, o desvio e a contaminação das águas dos rios”.

Para o coordenador do Comitê de Unidade Camponesa, Daniel Pascual, a solidariedade internacional cumpre um papel fundamental para frear os reiterados abusos. De acordo com a CUC, apenas no ano passado foram registrados 12 despejos e deslocamentos forçados, e os abusos e a repressão seguem, “dando a nítida sensação de que a violação dos direitos humanos está aumentando”. “A Guatemala foi seqüestrada por grupos de corruptos e criminosos que não querem o desenvolvimento da população e querem manter o país cooptado em seu próprio benefício”, ressaltou Pascual.

China defende que 'diálogo entre Kim e Trump se realize e tenha resultados positivos'

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Lu Kang, declarou nesta quarta-feira (23) em Pequim que "a China espera que o diálogo entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e os EUA se realize sem tropeços e tenha resultados positivos."

A declaração do governo chinês vem em seguida à declaração de Donald Trump de que a reunião entre ele e o Presidente da RPDC, Kim Jong Un, poderia não acontecer em 12 de junho próximo como previsto inicialmente, e às afirmações feitas por membros do governo norte-americano contra a China e sustentadas por seus monopólios de mídia de que a China teria "endurecido" com Kim Jong Un, para que o máximo líder da RPDC também endureça com Trump, para dificultar a realização da cúpula entre os dois países e mostrar aos EUA a força da China na região asiática. Trump e o governo americano têm demonstrado apreensão quanto ao papel da China no mundo seja quanto à situação econômica e a disputa de mercados, seja do ponto de vista da ascensão do papel da China na cena política mundial.

"Sempre esperamos e apoiamos uma crescente confiança mútua entre EUA e RPDC através do diálogo direto com objetivo de impulsionar a desnuclearização da Península Coreana através de meio políticos", disse o porta-voz do MINREX da China, Lu Kang, e acrescentou: "neste momento existe uma oportunidade histórica duramente obtida para resolver a questão da Península Coreana por meios políticos. Os dois países devem aproveitá-la" e finalizou sua regular conferência de imprensa afirmando que as duas partes continuam com os preparativos para a cúpula no dia 12 de junho e "esperamos que todas as partes aproveitem bem a oportunidade, se encontrem na metade do caminho, eliminem a interferência e atendam às respectivas inquietações de forma equilibrada. A China está comprometida a facilitar as conversações de paz sobre o tema da Península Coreana e só desempenhará um papel positivo nisso."

É fato que os EUA, após Trump ter marcado a reunião com a RPDC, retomaram as realizações de manobras militares conjuntas com a Coreia do Sul na fronteira com a RPDC. Tais manobras denominadas Max Thunder 2018, que acontecem desde o dia 11 de maio com previsão de terminar no fim do mês, são clara ação de ameaça à RPDC pois simulam a invasão e a destruição de alvos específicos em Pyongyang, são atos extremamente hostis à RPDC que não contribuem em nada para o avanço do diálogo Norte-Sul e nem para diálogo algum entre RPDC e EUA. Portanto, não adianta tentar culpar a China ou a RPDC por um possível retrocesso no diálogo que no momento só está sendo perturbado por provocações e indecisões de Trump e descaso com a busca de uma solução pacífica para a questão da Península Coreana. Que vença o diálogo!

ROSANITA CAMPOS

Servidores franceses tomam as ruas contra arrocho de Macron



Manifestações reuniram multidões em Paris, Marselha (acima) e 140 cidades

Irã repele ultimato de Pompeo: "quem você pensa que é para decidir pelo mundo?"

Ultimato feito pelo secretário de Estado Mike Pompeo, de que o Irã teria que se submeter a "12 exigências" ou sofrer "as maiores sanções da história", foi rejeitado prontamente pelo presidente Hassan Rouhani. "Quem é você para decidir pelo Irã e pelo mundo?"

Rouhani reiterou que "o mundo de hoje não aceita que a América decida pelo mundo. Os países são independentes. Este tempo acabou". Continuaremos nossa jornada com o apoio da nossa nação", afirmou Rouhani em entrevista à agência Reuters.

O presidente iraniano acrescentou que "todos os países do mundo querem independência em suas decisões e talvez os americanos sejam capazes de avançar sua agenda em alguns lugares através da pressão, mas

a lógica diz não aceitar que tomem as decisões pelo mundo". Para Rouhani, o atual governo dos EUA regrediu a 15 anos atrás e está repetindo os mesmos comentários feitos pelo então presidente George W. Bush, em 2003.

As ameaças de Pompeo foram preferidas em reunião promovida pelo think tank Fundação Heritage, um dos mais reacionários de Washington. Pompeo também voltou a dizer que as empresas de outros países que comerciarem com o Irã serão atingidas em cheio pelas sanções. O Acordo Nuclear, que o Irã assinou com os EUA, Rússia, China, França, Grã Bretanha e Alemanha em 2015, foi suspenso por Obama e rompido com Trump, apesar da AIEA declarar que

Teerã cumpria tudo que foi acordado e estar submetido à "mais rigorosa fiscalização que já houve no mundo".

O resumo das "12 exigências" é que o Irã teria de parar de desenvolver mísseis balísticos, retirar o apoio ao Hezbollah, à Síria e ao Iemen e libertar supostos americanos presos. Numa demonstração de que Pompeo nem sabe do que está falando, ele exigiu o fechamento do reator de água pesada de Arak, o que já ocorreu sob a supervisão da AIEA.

As ameaças de Pompeo também foram repelidas pelo chanceler iraniano Mohammad Zavad Zarif, que disse que a vergonhosa diplomacia dos EUA está "aprisionada por delírios e políticas fracassadas - ditadas pelos Poderes Especiais corruptos".

Berlim: EUA são contra gasoduto que liga Rússia à Alemanha porque querem vender seu gás mais caro

O ministro alemão da Economia, Peter Altmaier, disse que a Europa defenderá seus interesses caso Washington tente impulsionar suas exportações de hidrocarbonetos através do bloqueio do gasoduto Nord Stream 2, já em construção e que ligará a Rússia à Alemanha, duplicando as exportações de gás russo para a Europa até o final de 2019.

"Os EUA são nossos amigos e parceiros e queremos defender nossos valores co-

muns", afirmou Altmaier durante entrevista à TV pública ARD, na sexta-feira (18). "Porém", completou, "se é 'a América primeiro', e eles pretendem colocar seus interesses econômicos em detrimento dos interesses dos países europeus, é bom aguardar, porque a Europa vai definir seus próprios interesses e lutar por eles".

Durante a entrevista, Altmaier não só defendeu a implementação do

gasoduto Nord Stream 2, como criticou a postura de Washington em relação à implementação do projeto que ampliará as exportações russas de gás na região.

Os EUA "estão procurando ampliar seus mercados, o que é compreensível, e eles podem chegar aqui com facilidade. Mas é muito mais caro do que o gás dos gasodutos, então, bloquear o Nord Stream 2 por si só não garante as exportações americanas", concluiu.

Jornalistas chegam à Coreia do Norte para presenciar fim do campo de teste nuclear

Jornalistas de todo o mundo chegaram quarta-feira à cidade de Wonsan, na Coreia do Norte, para acompanhar a "completa destruição" do local de testes nucleares. "Todo o local será destruído e prédios técnicos serão reduzidos a escombros", informou o governo, reiterando a de-

cisão de dar continuidade ao processo de desarmamento, assumido como um gesto de boa vontade do líder Kim Jong-un durante reunião com Trump, junho, em Cingapura.

Pelo compromisso anunciado pelo governo de Pyongyang no início do mês, desaparecerão

até a próxima sexta-feira as instalações de Punggye-ri, onde ocorreram todos os seis testes nucleares já realizados, no nordeste do país.

O mais recente e bem mais poderoso deles aconteceu em setembro do ano passado, com a explosão de uma bomba de hidrogênio.

Itália: Mattarella aceita Conte para primeiro-ministro

O nome indicado pela coalizão eurocética Liga-Movimento Cinco Estrelas, o quase desconhecido jurista Giuseppe Conte, foi confirmado nesta quarta-feira (23) pelo presidente Sergio Mattarella como novo primeiro-ministro da Itália. Juntos, os dois partidos tiveram mais da metade dos votos nas eleições de março. São considerados "eurocéticos" porque já chegaram a questionar a participação na União Europeia e a saída do euro, embora tenham posto de lado proposta de referendo.

Programa comum negociado entre os dois partidos apresenta pontos positivos, como o afastamento da privatização da Alitalia, revisão parcial da reforma da previdência, seguro-desemprego de 780 euros mensais, exclusão dos investimentos do cálculo do déficit, endurecimento da punição aos crimes de corrupção, mas também planeja aumentar a repressão aos imigrantes ilegais. Da UE quer a renegociação da

política migratória - que na prática penaliza os chamados 'países de entrada', caso da Itália - e de outros tratados e ainda o fortalecimento do Parlamento Europeu sobre a burocracia de Bruxelas. Pretende reduzir a duas as alíquotas do imposto de renda. É contra as sanções europeias à Rússia.

Com a Itália sendo a terceira maior economia da zona do euro e tendo a segunda maior dívida, além de bancos sujeitos a sobressaltos constantes, as mudanças anunciadas já estão gerando reações entre os especuladores e a cúpula da União Europeia, da qual já partiu conselho de que o novo governo "cumpra com suas obrigações". Também o Partido Democrático - os neoliberais de face humana que foram afastados do poder pelas urnas após traírem seus compromissos e imporem a reforma trabalhista ridícula chamada de "Jobs Act"

- classificou o novo governo de "extrema-direita".

O crescimento dos dois partidos em boa parte é explicado pelo desgaste dos "democratas" de Renzi e do partido de Berlusconi por gerirem a pílula amarga da Troika para os italianos. O M5E surgiu em torno do comediante Beppe Grillo, contra a corrupção, anti-sistema e anti-euro. A Liga, da Liga Norte de ideias separatistas, mas que evoluiu para um posicionamento anti-UE e anti-globalização, mas pela direita e contra a imigração. Até então, o M5E não admitia alianças. A Liga, que concorreu em coalizão com a Força Itália mas teve mais votos, foi liberada por Il Cavaliere para formar governo com o M5E. Agora, a tensão maior é sobre quem será o novo ministro das Finanças, em que o nome mais citado é Paolo Savona, tido como o mais eurocético economista italiano de renome.

"Bom fim de dia, Macron, o povo está na rua", dizia uma irônica faixa conduzida na manifestação. Marcha condenou a desigualdade: "para os servidores, miojo; aos acionistas, barras de ouro"

Em repúdio ao ataque de Macron aos servidores públicos, dezenas de milhares de trabalhadores se manifestaram em Paris e mais 140 cidades contra a demissão anunciada de 120 mil, o arrocho salarial e o assalto às estatais, especialmente as ferrovias. "Bom fim de dia, Macron, o povo está na rua", dizia uma irônica faixa conduzida na manifestação.

Foi o primeiro protesto que reuniu todas as nove centrais sindicais francesas, depois de quase dez anos. A mobilização contou ainda com os estudantes universitários e do ensino secundário, também em luta contra a "reforma do ensino" de Macron. Não faltaram os aposentados, próximo alvo já declarado do banqueiro sentado no Palácio Eliseu. Além dos 50 mil em Paris - mesmo com forte temporal - e 45 mil em Marselha, multidões também marcharam em Toulouse, Nantes, Grenoble, Saint-Etienne, Caen, Rennes e Montpellier.

"Estamos nos manifestando em defesa do serviço público que está aqui para servir a todos, onde quer que seja, no país em que vivemos", afirmou Philippe Martinez, presidente da principal central, a CGT. Além dos atos, houve paralisações nas ferrovias e aeroportos, repartições e escolas e até a produção de eletricidade foi reduzida. Grande participação, ainda, de professores, trabalhadores dos correios e do pessoal da saúde. Não faltaram sequer os caminhoneiros em várias partes da França.

Para o líder da Force Ouvrière (FO), Pascal Pavaageau, o elo comum que une todas as centrais é "a oposição à ruptura dos quadros coletivos que o governo almeja". Já o chefe da CFTD - que nos últimos anos andava na rabeira do então governo Hollande - Laurent Berger, "é inaceitável a estigmatização dos servidores públicos" - a quem Macron chama de 'privilegiados'. Ele lembrou, ainda, que a reposição salarial no serviço público "está congelada há anos".

MARÉ ANTI-MACRON

A manifestação desta segunda-feira também serviu de "esquenta" para a "maré popular contra Macron", que será realizada no sábado por toda a França, por convocação dos partidos de oposição, das centrais sindicais e demais organizações populares, em uma espécie de continuação da "Festa para Macron", que lotou as ruas no aniversário do primeiro ano de seu mandato.

No protesto de Paris, o clima satírico da "Festa" se repetiu, com servidores públicos - a próxima 'espécie em extinção' - fantasiados como panda, tigre e zebra. Uma referência à disposição de Macron de dizimar os servidores públicos e "engugar o Estado", entre outras baboseiras neoliberais com que procura afagar Merkel e Trump - além da Medef (a 'Fiesp' deles).

Em Brent, manifestantes denunciaram: "para os ser-

vidores, miojo; para os acionistas, barras de ouro". Era uma referência ao anúncio de que, na Europa, a França é recordista em distribuição de dividendos aos acionistas - 46,8 bilhões de euros só este ano e 407 bilhões em dez anos, enquanto o governo não para de dizer que não há dinheiro para nada, não há dinheiro para os programas e serviços públicos (mas corta imposto de rico).

Na terça-feira à noite, começou nova etapa da greve em defesa da estatal das ferrovias SNCF, ameaçada de privatização, e do estatuto de trabalho dos ferroviários, estabelecido sob o governo De Gaulle em 1946, que Macron busca quebrar a todo custo, sob alegação de que é a União Europeia que mandou. Estão parados dois de cada cinco trens de alta velocidade e três em cada cinco suburbanos. Em outras áreas, um de cada dois. A greve será interrompida na sexta-feira pela manhã, para ser retomada na próxima semana. A votação final da nefasta lei de Macron está prevista para 5 de junho.

Cada vez que Macron ou um de seus ministros abre a boca, fornece uma motivação para mais protestos. O ministro da Economia, Bruno Le Maire - que no confronto com as sanções dos EUA no caso do Irã até tem uma posição respeitável -, quando se trata de advogar o neoliberalismo dentro de casa, não perde uma oportunidade. Defendeu a privatização dos lucrativos aeroportos da França - pondo os controladores de voo e os aviários em pé de guerra - e prometeu que, assim que for possível arrochar e reduzir o déficit, o que supostamente 'criará empregos', então estará na hora de reduzir e dificultar o seguro-desemprego. (Depois reclamam de um boneco com a cara do Macron, e uma marca de bala na testa, sendo queimado em praça pública).

Como diz o bordão, está difícil para todo mundo. O primeiro-secretário do Partido Socialista, Olivier Faure, resolveu dar uma força à manifestação, mas foi, conforme um relato um tanto condescendente, "alvo de slogans hostis", e saiu corrido dali, sob proteção dos "assessores". "Abaixo os 'socialos" foi a coisa mais gentil ouvida por Faure, cujo partido impôs a famigerada Lei El Khomry rasgando o código de trabalho francês, e que Macron tenta piorar.

A CGT exigiu, ainda, que o direito à manifestação volte a ser respeitado em Paris, onde está virando costume a polícia dissolver manifestações no final a bastonadas e gás lacrimogêneo sob alegação de que há desordeiros de preto infiltrados. Agora, convoca a CGT, é todos às ruas e praças no dia 26 para uma "maré popular por igualdade, justiça social e solidariedade". Deve ser por isso que Macron está se negando a ir a qualquer comemoração dos 50 anos do Maio de 1968.

ANTONIO PIMENTA

Submarino russo lança saraivada de mísseis intercontinentais em teste

O Ministério da Defesa da Rússia informou ter lançado com sucesso, terça-feira, quatro mísseis balísticos intercontinentais desde um submarino no mar Branco no campo de testes de Kura, na península de Kamchatka, no extremo oriente do país.

Conforme o ministério, esta foi a primeira vez que uma rajada de quatro mísseis foi dada por um submarino estratégico da classe Borey, Yuri Dolgoruky, todos tendo alcançado com absoluta precisão o alvo. "As características táticas e técnicas, a confiabilidade do míssil estratégico da classe Borey e o sistema de mísseis Bula-

va - com alcance máximo de 9.300 quilômetros - foram confirmados", comemorou um representante da Frota do Norte da Rússia.

Com capacidade para carregar 16 mísseis balísticos intercontinentais Bulava cada, além de inúmeros torpedos, os submarinos Borey devem se tornar a principal classe de transportadores de mísseis estratégicos da marinha russa.

Lançado em 2008, o submarino Yuri Dolgoruky inaugurou a classe Borey, com a Rússia contando com quatro embarcações desse tipo e tendo várias outras em construção.



Atos reuniram milhares em 37 estados

Americanos retomam a "Campanha dos Pobres" lançada por Luther King

Dezenas de milhares de norte-americanos relembroum segunda-feira a "Campanha dos Pobres", iniciada há 50 anos pelo pastor Martin Luther King para exigir uma completa reforma das leis de direito ao voto e políticas de enfrentamento à pobreza sistêmica, ao racismo, à devastação ambiental e de freio ao militarismo.

A retomada do movimento impulsionado por King em 1968, um pouco antes de ser assassinado, sacudiu as ruas das capitais de 37 estados, elevando o tom em defesa dos direitos humanos rotineiramente desrespeitados pelos sucessivos governos do país.

Erguendo faixas e cartazes exigindo respeito, uma ampla coalizão de lideranças religiosas, comunitárias, sindicais, estudantis, ambientalistas, artistas e intelectuais reivindicou a erradicação da pobreza, salário mínimo de 15 dólares/hora, direito à organização sindical, serviço de saúde público, universal e gratuito, cidadania plena para os imigrantes, revogação do plano fiscal de Trump, proibição da extração de petróleo por fracking, reversão do encarceramento em massa e o fim das

guerras imperialistas. A organização da Campanha denunciou ainda a crescente demonização e criminalização dos 140 milhões de pobres dos EUA, número que alcança quase a metade da população.

"Estamos vivendo em uma democracia empobrecida. As pessoas estão se levantando contra a mentira da escassez. Sabemos que no país mais rico do mundo não há razões para que as crianças passem fome, nem para que seja negado atendimento à saúde aos doentes, nem para que os cidadãos tenham seu voto suprimido. Os dois partidos precisam ser desafiados; um pelo que faz e o outro pelo que não faz", declarou um dos porta-vozes da Campanha, o reverendo William Barber II, diante da multidão concentrada em frente ao Capitólio, em Washington. "Como é possível ser mais fácil acreditar que 140 milhões de pessoas são preguiçosos do que na possibilidade de que apenas 400 pessoas são egoístas?", questionou Barber, citando o reduzido número de multimilionários que controla o poder econômico e político norte-americano.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (2)

Em agosto de 1914, quase todos esses senhores que, durante quase uma década, aprovaram resoluções contra a guerra imperialista – inclusive, no caso dos sociais-democratas alemães, também em congresso nacional (Congresso de Chemnitz, setembro de 1912) – traíram tudo o que fora dito desde 1907

CARLOS LOPES

Não há, portanto, nenhuma novidade na traição, na passagem para o lado do inimigo, no transformismo de certos líderes antes progressistas – ou próximos disso – em serviços do que antes combatiam.

Nesse sentido, mais geral, o PT não inovou, ao aderir ao neoliberalismo.

Sem recuar até Judas e as trinta moedas, não é por acaso que uma das principais obras de Lenin, após a Revolução Russa, tenha o título de **“A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”**.

Karl Kautsky fora, durante décadas, o principal teórico da “Internacional Socialista”, a II Internacional, e uma referência, como marxista, do próprio Lenin (como se pode ler em **“Que Fazer?”**, de 1902) – até que se tornou um traidor da revolução, ao ceder à pressão imperialista, e, especialmente, à pressão da ala direita da social-democracia alemã, que aderiu abertamente ao inimigo, quando apoiou, em 1914, a guerra imperialista.

O próprio Marx, que conheceu Kautsky durante o tempo em que este residiu na Inglaterra, não tinha boa opinião sobre ele. Em carta a uma de suas filhas, Jenny, escreveu Marx sobre Kautsky: *“É um mediocre de estreita visão, super-sábio (tem só 26 anos), muito arrogante, hábil em certo sentido, se ocupa muito de estatística, mas desta não saca nada que seja muito claro, pertence por natureza à tribo dos filisteus, mas, quanto ao resto, é a seu modo um sujeito decente”* (cf. Carlos Marx/Frederico Engels, **Correspondência**, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1973, p. 316, carta de 11/04/1881).

Para Marx, o então jovem Kautsky era representante de uma praga que ele odiava visceralmente: o “marxismo acadêmico”. Havia apenas uma coisa que fazia com que Marx o tolerasse: o respeito por sua mãe, a escritora austríaca Minna Kautsky, amiga de Wilhelm Liebknecht, Franz Mehring, e, depois, Rosa Luxemburgo.

A trajetória de Kautsky mostrou que Marx, essencialmente, estava certo. Mas seu julgamento foi feito quando Kautsky era muito jovem. Ao mesmo tempo, Engels, como diz Marx na carta para a filha, *“suavizou sua opinião sobre este Kauz, desde que descobriu que ele era um bom bebedor”* [“Kauz” é um trocadilho com o nome de Kautsky – significa, em alemão, esquisito ou esdrúxulo].

Foi como discípulo de Engels, após a morte deste, que Kautsky ascendeu a principal teórico da II Internacional.

BASILEIA

Desde a unificação alemã, após a vitória da Prússia contra a França na batalha de Sedan, em 1870 – e, principalmente, depois que Bismarck, em 1890, se afastou do governo alemão, devido a divergências com o novo imperador, o Kaiser Guilherme II – uma nova guerra europeia, uma guerra imperialista, entre, de um lado, a Inglaterra e a França, e, do outro lado, a Alemanha e seus aliados, tornou-se uma ameaça (e uma possibilidade) crescente.

A ameaça de guerra imperialista era um resultado direto da degeneração do capitalismo nos países centrais em domínio de cartéis e monopólios. Acabava, portanto, o período pacífico de desenvolvimento capitalista (1870-1918), aquela época que alguns chamaram injustamente de *“belle époque”* – pois somente foi pacífica (que o digam os africanos e asiáticos) entre os países centrais e somente foi “bela” para aquela burguesia que povoa os quadros de Renoir.

Em 1907, o Congresso Socialista Internacional de Stuttgart (VII Congresso da II Internacional) aprovou uma resolução, redigida pelo então líder do Partido Social-Democrata Alemão, August Bebel, com emendas de Lenin e Rosa Luxemburgo, sobre a luta contra a guerra imperialista:

“Em caso de que, apesar de tudo, a guerra seja desencadeada, eles [os operários dos vários países e seus representantes nos parlamentos] devem procurar por todos os meios aproveitar a crise econômica e política provocada pela guerra para fazer agitação entre as massas populares e acelerar a derrubada da dominação capitalista de classe”.

Em 1910, o Congresso Socialista Internacional de Copenhague (VIII Congresso da II Internacional) reafirmou a resolução sobre a guerra imperialista de três anos antes, com um adendo que tornava *“obrigatório para os partidos socialistas, e seus representantes nos parlamentos, exigir que seus governos reduzissem os armamentos e resolvessem os conflitos entre Estados mediante arbitragens, exortando os operários de todos os países a organizar atos contra o perigo de guerra”*.

Em novembro de 1912, às vésperas da guerra imperialista que seria desfechada dois anos depois, o Congresso de Basileia (Congresso Socialista Internacional Extraordinário), convocado exclusivamente para tirar uma posição comum dos partidos socialistas diante da guerra, considerada quase inevitável, aprovou **por unanimidade** um manifesto que dizia:

“A qualquer momento, os grandes povos europeus podem ver-se lançados uns contra os outros, e este crime contra a humanidade e a razão não pode ser justificado, nem minimamente, com o pretexto de interesse popular de nenhum gênero... Seria uma loucura se os governos não compreendessem que a só ideia da monstruosidade que implica a contenda mundial promoverá a ira e a indignação da classe operária. O proletariado considera um crime disparar uns contra os outros para contemplar os lucros dos capitalistas, para contemplar as ambições dinásticas, para contemplar o cumprimento dos acordos diplomáticos secretos”.

O HOMEM

Em agosto de 1914, quase todos esses senhores que, durante quase uma década, aprovaram resoluções contra a guerra imperialista – inclusive, no caso dos sociais-democratas alemães, também em congresso nacional (Congresso de Chemnitz, setembro de 1912) – traíram tudo o que fora dito desde 1907.

O Partido Social-Democrata



George Grosz: **“Abaixo com Liebknecht!”** (1919)

era, a partir de 1912, a maior bancada do parlamento alemão, o Reichstag, com 110 deputados.

No dia 27 de julho de 1914, cumprindo com os compromissos estabelecidos nos congressos de Stuttgart (1907), Copenhague (1910), Basileia (1912) e Chemnitz (1912), os sociais-democratas organizaram dezenas de manifestações, em Berlim e outras cidades, **contra a guerra**.

Naquele momento, a Sérvia – que a Áustria-Hungria considerava culpada pela execução, em Sarajevo, do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco – já rejeitara o ultimato de Viena, apelando, em sua defesa, ao czar da Rússia. Esperava-se a declaração de guerra dos austríacos (o que aconteceu no dia seguinte, 28 de julho).

Dois dias após as manifestações contra a guerra, no dia 29 de julho, a direção da II Internacional (Bureau da Internacional Socialista) reuniu-se em Bruxelas – e reafirmou as resoluções anteriores contra a guerra imperialista: *“Será dever dos trabalhadores de todas as nações em questão intensificar ainda mais suas manifestações contra a guerra, pela paz e visando a solução do conflito austro-sérvio por meio de arbitragem internacional”*.

Mais além, a decisão do Bureau conclamava os partidos socialistas alemão (SPD) e francês (SFIO) a *“exercer a mais enérgica pressão sobre os governos de seus respectivos países”* (cf. Lawrence Sondhaus, **“A Primeira Guerra Mundial: História Completa”**, Contexto, 2013, trad. Roberto Cataldo Costa).

Entretanto, ponto importante, a declaração de guerra da Alemanha, em apoio à da Áustria-Hungria, somente foi emitida no dia 1º de agosto.

Além disso, a maior parte dos dirigentes da social-democracia alemã estava em férias (inclusive Kautsky, Ebert, Bernstein e Scheidemann) – e, como observa um dos principais historiadores que se dedicaram a essa época, havia uma ilusão geral, expressa até por Rosa Luxemburgo, de que o conflito entre a Sérvia e a Áustria seria resolvido sem se alastrar pela Europa ou pelo mundo (cf. Gilbert Badia, **“Le Spartakisme – les dernières années de Rosa Luxemburg et de Karl Liebknecht 1914-1919”**, Paris, L’Arche, 1967).

Porém, a coisa mudou a partir do dia 1º de agosto – ou seja,

a partir da declaração de guerra pelo Kaiser e seu chanceler, Bethmann Hollweg, em apoio à Áustria-Hungria, contra a Rússia, França e Inglaterra.

Mas é verdade que desde o dia 29 de julho – portanto, antes da declaração de guerra pelo Kaiser – a direção da social-democracia enviara um emissário a Bethmann Hollweg, para garantir ao governo alemão que *“nada tinha a temer em relação a manifestações ou greves”*.

A expressão pública mais nítida, mais escandalosa, dessa traição, foi a política de *“união sagrada”* da social-democracia alemã com a burguesia imperialista de seu país, para massacrar o proletariado de outras nações.

Não foi um caso único – na Europa, os únicos partidos que ficaram contra a guerra, e honraram seus compromissos anteriores, foram os bolcheviques, na Rússia, e os “maximalistas”, na Itália. Todos os outros integrantes da II Internacional apoiaram as burguesias imperialistas de seus países em uma guerra imperialista, um banho de sangue monstruoso, que até hoje horroriza os seres humanos a uma simples menção.

No dia 3 de agosto, “se reúne em Berlim a direção social-democrata para se definir sobre a atitude a tomar frente à solicitação de créditos militares que o governo se dispõe a apresentar no dia seguinte no Parlamento. Votar a favor de tais créditos é aceitar o regime e aprovar a guerra”.

Na reunião, com a presença da bancada parlamentar (e de Kautsky, convidado como teórico oficial do partido), o Partido Social-Democrata resolve aprovar os créditos de guerra pedidos pelo governo: *“Este voto de aprovação constituía uma flagrante violação do programa e dos compromissos estabelecidos nos congressos internacionais, especialmente no de Basileia”* (G. Badia, op. cit.).

Apenas 14 deputados (em 110), nessa reunião, foram contra a aprovação dos créditos para a guerra imperialista.

Mas todos eles (inclusive Karl Liebknecht), no dia seguinte, votaram a favor dos créditos, em nome da *“disciplina partidária”*.

Era óbvio que quem quebrou a disciplina partidária foram aqueles que eram a favor de aprovar os créditos, pois isso era uma infração do programa do partido, e, também, das resoluções da II Internacional, da qual o Partido Social-Demo-

crata alemão era parte – e força principal.

No entanto, essa “maioria” de traidores na direção do partido e na bancada parlamentar, conseguiu, momentaneamente, impor sua posição àqueles que não concordavam com ela – e votaram, portanto, contra a sua consciência – em nome da *“disciplina partidária”*!

Para isso servem certas *“fidelidades partidárias”*, notabilizadas, aqui no Brasil, pela ditadura, e depois retomadas pelo PT, PMDB e outros...

Aqui vemos como a traição, durante um curto momento, pôde confundir até mesmo um revolucionário da estirpe de Liebknecht. Na verdade, ele não acreditou, no primeiro instante, na traição, devido ao seu inimaginável tamanho. Daí a sua declaração, nesse momento, de que *“a minoria [que era contra a aprovação dos créditos] dá por descontado que, em tudo mais, o partido manterá uma política de oposição, uma política de luta de classes, inclusive durante a guerra”* (cf. Karl Liebknecht, **“Klassenkampf gegen den Krieg!”**, Hoffmanns, Berlin, 1919, p. 16; nesta preciosíssima coletânea, há um relato circunstanciado – e impressionante – dos acontecimentos a que nos estamos referindo).

Considerando o que ocorreu depois – o assassinato de Liebknecht por essa “maioria” – a sua declaração, quando da primeira votação dos créditos de guerra, parece de uma ingenuidade espantosa, mais ainda quando se considera que ele – além de filho de um dos fundadores do partido, Wilhelm Liebknecht – era deputado desde 1908, portanto, deveria conhecer muito bem a sua bancada e a direção do partido.

Para termos uma ideia da perplexidade causada pela traição dos sociais-democratas, foi somente em 13 de setembro, portanto, mais de um mês depois da primeira votação dos créditos, que Rosa Luxemburgo escreveu a Franz Mehring, primeiro biógrafo de Marx e um dos líderes da ala esquerda do partido: **“Considero que é impossível calar”**.

Rosa Luxemburgo estava se referindo a declarações públicas, na imprensa, pois, dentro do partido, a luta fora desencadeada desde o dia 3 – na reunião da direção do partido e da bancada, e, depois, nos encontros em bairros operários, onde Karl Liebknecht era muito popular, assim como na juventude social-democrata. Porém, entre os dirigentes, o único novo apoio veio de Stuttgart, cidade operária em que a esquerda do partido tinha maioria – a principal dirigente social-democrata nessa cidade era Clara Zetkin.

Entre agosto e dezembro de 1914, Liebknecht publicou 10 artigos, explicando seu voto, a 4 de agosto, a favor dos créditos de guerra. Em janeiro de 1915, escreveu a um amigo:

“... tentei, antes de 4 de agosto, fazer todo o possível para convencer a bancada parlamentar de que devia votar contra os créditos. Em relação a separar-me de meus amigos políticos mais próximos, membros da ala esquerda, não me pareceu adequado nesse momento — ninguém podia imaginar ainda os extremos a que se ia chegar. A 3 e a 4 de agosto ia tudo de mal a pior: Só dispúnhamos de algumas horas, de alguns minutos, e, para desespero e horror nosso, percebemos, de repente, que a ala esquerda se desintegrara. Foi assim, com raiva, que me submeti, em 4 de agosto, à maioria, coisa que lamentei profundamente; estou disposto a receber qualquer tipo de reprimenda que me diga respei-



to” (cit. por G. Badia, op. cit.).

Eis um homem.

A dois de dezembro de 1914, há uma segunda votação dos créditos de guerra. Apesar de, na discussão da bancada social-democrata, 17 deputados terem se manifestado contra a aprovação, somente Liebknecht tem coragem de levar a sua posição até o fim, votando contra:

“... esta guerra não é desejada por nenhum dos povos envolvidos, não foi declarada para favorecer o bem estar do povo alemão e de nenhum outro.

“É uma guerra imperialista, uma guerra pelo domínio do mercado mundial, pela repartição de importantes territórios de exploração para capitalistas e financistas. (...) é uma guerra provocada pelos partidos alemães e austríacos favoráveis à guerra, na escuridão do semifeudalismo e da diplomacia secreta, para obter vantagens sobre seus oponentes. Ao mesmo tempo, essa guerra é um esforço para desorganizar e dividir o crescente movimento da classe operária.

“O slogan ‘Contra o czarismo!’, tão usado na Alemanha, como na França e na Inglaterra se usa ‘Contra o militarismo!’, foi inventado para a ocasião, para deturpar as mais nobres inclinações, as tradições, os ideais revolucionários e as esperanças do povo, e mobilizar os instintos mais ignóbeis, com o intuito de agitar o ódio chauvinista contra os povos.

“A Alemanha, cúmplice do czarismo, não tem nenhuma autoridade para se levantar como libertadora dos povos. A libertação tanto do povo russo, como do alemão, deve ser obra de suas próprias mãos.

“A guerra não é, tampouco, em defesa da Alemanha. Suas bases históricas e seu curso, desde o início, tornam inaceitáveis as pretensões do governo capitalista, de que o propósito pelo qual demanda créditos é a defesa da Pátria.

“Uma paz imediata, uma paz sem anexações, que não seja humilhante para ninguém, é o que devemos exigir. (...) Somente uma paz baseada na solidariedade internacional da classe operária e na liberdade de todos os povos pode ser uma paz duradoura.”

Liebknecht não conseguiu que a bancada social-democrata o deixasse falar no plenário do Reichstag. Assim, consignou seu voto por escrito.

No dia seguinte, a direção social-democrata o acusou de *“falta de disciplina”* e remeteu o caso à bancada, para que Liebknecht fosse punido. Começava uma campanha contra ele, que teve como asseclas mais repugnantes os dirigentes sindicais sociais-democratas.

Kautsky teve uma atitude ainda mais indigna e covarde: *“Esse desgraçado do Karl está caindo no ridículo. Sua decisão [de votar contra os créditos de guerra] pode levar a uma cisão definitiva”*, escreveu ele a Victor Adler.

Morreram 21 milhões de pessoas, militares e civis, na I Guerra Mundial. Somente entre os soldados alemães, recrutados em sua maioria na classe operária, foram um milhão e 800 mil mortos, número só excedido pelos mortos entre os soldados russos (2 milhões).

Continua na página 6